

A divisão do Brasil em 1534-36: uma nova hipótese

ALBERTO GALLO*

Resumo: Este artigo explica porque a primeira divisão administrativa do Brasil devia ser diferente da representação cartográfica usual e sugere uma solução do problema. A nova hipótese propõe, também, uma interpretação diferente dos acontecimentos que levaram à fundação do Brasil.

Abstract: This study explains why the early administrative division of Brazil must be different from the usual cartographic representation, and suggests how the problem can be solved. The new hypothesis gives also a few hints in attempt to explain the facts that led to the foundation of Brazil.

Palavras-chave: Cartografia. Fundação do Brasil. Capitánias donatárias.

Key words: Cartography. Foundation of Brazil. Donatary Captaincy.

A representação cartográfica das primeiras capitánias brasileiras é muito conhecida. É familiar aos historiadores, mas também aos alunos dos cursos universitários, e talvez à maioria dos brasileiros com formação escolar. Estamos tão acostumados a ela que nem reparamos mais na artificialidade daquelas retas que correm do Atlântico ao meridiano de Tordesilhas, perfeitamente paralelas ao Equador e indiferentes a qualquer acidente geográfico. Nos acostumamos

* Universidade de Turim, Itália. Doutor em História das Américas pela Universidade de Gênova.

Agradeço muito a Anabela Jara, hábil paleógrafa dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IANTT), pela ajuda que, em fevereiro de 1998, prestou-me na leitura dos trechos mais difíceis das cartas de doação das capitánias brasileiras. Graças ao Almirante Filippo Gusmai, diretor do Museu Naval de La Spezia, em julho de 1998, pôde fotografar e estudar os fac-simile dos mapas de Bartolomeu Velho realizados pelo Prof. Luigi Monti. Quero agradecer também à arquiteta Elena Carmagnani e seus colegas do Studio 999 de Turim. Elena colaborou na redação dos mapas e nos desenhou, com o computador. Um agradecimento especial, enfim, à Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses que concedeu-me uma bolsa de estudo no ano de 2000 e a todo o pessoal da Biblioteca Nacional que fez tão agradável e proveitosa a minha estada em Lisboa.

a ver as doações do norte, empilhadas umas sobre as outras, correr por centenas de quilômetros por corredores estreitos e longos, e habituamo-nos à feição absurda das capitanias meridionais, tão comprimidas em cima da raia que ficam quase sem interior.

Contudo, quando vimos pela primeira vez o mapa das capitanias, todos nós tivemos ao menos um instante de perplexidade. Que diabo tinham em mente os conselheiros de D. João III ao fazer o plano de colonização do Brasil? Os historiadores que estudaram o assunto não tiveram a menor dúvida: foi simplesmente uma questão de pressa e de incompetência. Assim pensava também o “inventor” deste tipo de representação cartográfica, o historiador Francisco de Varnhagen, que na sua *História Geral do Brasil* (1854) publicou o mapa que mais tarde seria o modelo para todos os demais mapas das primeiras capitanias.¹

Varnhagen espantou-se com as enormes diferenças que havia entre as superfícies das doações. Mesmo sabendo que os donatários não receberam a mesma quantidade de léguas de costa e mesmo sabendo que estas diferenças tinham exatamente o fim de premiar os méritos e o *valimiento* de cada um, o resultado era assustador.

Os mais favorecidos tinham sido os irmãos Martim Afonso e Pêro Lopes de Sousa, agraciados com 100 e 80 léguas de costa. O primeiro – *valido* de D. João antes da sua coroação –, tinha sido o “governador” da armada de 1530-33, que deu o impulso inicial à colonização do Brasil. O segundo, tinha comandado a pequena frota que subiu o curso do Rio Paraná para reivindicar a posse da região em nome do rei de Portugal (como sabemos, é também o autor do *Diário da Navegação*, a única crônica que ficou da expedição de Martim Afonso).

¹ O mapa é intitulado “MAPPA DO BRAZIL E TERRITORIOS LIMITOPHES, para acompanhar a HISTORIA GERAL d'aquelle paiz delineado pelo autor d'ella, e gravado sob a direção de A. Lemaitre”, e foi publicado na primeira edição da *História Geral do Brasil* (HGB), Madrid, 1854-57, 2 vols., entre as páginas 88 e 89 do primeiro volume [*Historia Geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, por Um socio do Instituto Historico do Brazil, Natural de Sorocaba, Tomo primeiro (Com estampas), Madrid: – 1854. Imprensa da V. de Dominguez; R. Hortaleza, número 67. MDCCCLIV. Acha-se no Rio de Janeiro, em casa de E. e H. Laemmert, R. da Quitanda*]. Foi reproduzido com uma pequena variação (a posição do Cabo do Norte) na segunda edição [Viena, s. d., mas, de fato, de 1877] e sem posteriores modificações na terceira edição parcial [Visconde de Porto Seguro (F. A. de Varnhagen), *Historia Geral do Brazil*, Terceira edição revista por C. de Abreu, Rio de Janeiro e São Paulo, Laemmert & C. Editores, 1907] e na terceira edição integral [notas de Capistrano de Abreu e de Rodolfo Garcia, São Paulo 1927]; ed. util. Belo Horizonte-São Paulo, Ed. Itatiaia-Ed. da Universidade de São Paulo, 1981 (10ª ed.), na qual o mapa acha-se entre as p. 324 e 325.

Os demais donatários receberam menos. Um pouco menos os três donatários do norte: João de Barros (o autor das *Décadas da Asia*), Aires da Cunha e Fernão Alvares de Andrade, que foram agraciados com 75 léguas cada um. Menos ainda recebeu o donatário de Pernambuco e também os quatro donatários do litoral central, contemplados, respectivamente, com 60 e 50 léguas. Antônio Cardoso de Barros recebeu muito menos: apenas 40 léguas. Com menos ainda ficou o último donatário, Pero de Góis (um criado de Martim Afonso), que ganhou em 1536 somente 30 léguas.

As diferenças não eram casuais e refletiam, como foi dito, seja a condição social dos donatários seja o seu provável empenho militar e financeiro. Mas o aspeto que inquietou Varnhagen e todos os demais historiadores que mais tarde estudariam o assunto, é que o resultado do loteamento tivesse sido tão diferente do imaginado. O leitor lembrar-se-á do que dizia Gândavo do Brasil: que tinha a forma de uma harpa.² A linha de Tordesilhas teria sido a coluna desta harpa. Portanto, assim como o contorno da caixa sonora vai-se distanciando da coluna da harpa para voltar novamente a ela, também o litoral brasileiro ia distanciando-se da raia para depois voltar a ela. Era pois inevitável (e perfeitamente previsível) que as variações de rumo do litoral e a conseqüente variação de sua distância da raia criassem desproporções desmedidas entre as superfícies das doações, agigantando as diferenças que já havia entre as léguas de costa doadas.

Varnhagen calculou que as 100 léguas de Martim Afonso correspondiam a uma superfície de apenas 2.500 milhas quadradas; entretanto as 80 léguas de seu irmão se transformavam em 7.500 (três vezes mais!). As 75 léguas doadas a Barros, Cunha e Andrade davam 6.500 milhas quadradas a cada um dos primeiros dois, mas somente 1.500 ao terceiro. Pêro de Góis, promovido a donatário no último instante com apenas 30 léguas, acabava por receber 2.000 milhas quadradas, quase o mesmo do seu protetor. A desproporção chegava ao ridículo no caso de Cardoso de Barros e de Duarte Coelho: o primeiro com 40 léguas tornava-se senhor de 600 milhas quadradas e o segundo, com 60 léguas, de 12.000 (vinte vezes mais).³

² Pero de Magalhães Gândavo. *Tratado da Terra do Brasil no qual se contém a informação das cousas que há nestas partes* [cerca de 1570]. Lisboa, 1826 (1ª); ed. ut. Rio de Janeiro, 1924, introdução de Capistrano de Abreu e nota bibliográfica de Rodolfo Garcia, reeditada por Itatiaia-Universidade de São Paulo, Belo Horizonte-São Paulo, 1980, p. 81.

³ HGB, I, I, IX, p. 147.

Em suma, a característica conformação do litoral brasileiro tinha agigantado as desproporções entre as capitanias, perturbando e até invertendo as hierarquias entre os donatários: um resultado inteiramente casual, fruto de simples imprevidência ou de assustadora incompetência. Varnhagen consolava-se considerando que: “Ainda nos nossos tempos há exemplos de disposições legislativas em que da ignorância dos princípios científicos resultam resultados absurdos, ou contrários à mente dos legisladores”.⁴

Outra possível explicação para os resultados “absurdos” do plano de colonização é de Lisboa não ter atribuído muito valor ao desenvolvimento das capitanias no interior por considerar que a sua extensão ao longo da costa fosse o único fator realmente importante. Isto é: a desproporção entre doações em qualquer caso desmedidas não teria conseqüências práticas. Esse tipo de objeção foi feito a Varnhagen por Armand d’Avezac em 1857: não fazia sentido – pensava d’Avezac – exagerar um problema que não teria tido conseqüências práticas por muito tempo ainda.⁵ Esse raciocínio é um caso típico de juízo tardio. Para nós pode ser óbvio que a conquista portuguesa do interior avançaria devagar (pelo menos em comparação com a ocupação castelhana do Peru e da Nova Espanha), mas isso não era tão óbvio para os portugueses do século XVI, os quais, à época da distribuição das capitanias, tinham grandes projetos em mente e esperavam realizar conquistas tão deslumbrantes quanto as de Cortés e Pizarro.

Há quase meio século, Jaime Cortesão explicou-nos que em 1530 Martim Afonso pretendia estabelecer uma ligação por terra entre o litoral de São Paulo e a “montanha de prata” – avançando pois no interior do continente – e que a este fim tinha enviado a mal-fadada expedição de Pêro Lobo.⁶ Antes de ser destruída, a expedição teria alcançado o Rio Paraná, segundo as notícias recolhidas mais

⁴ Ibid.

⁵ “Notre auteur se livre [...] à des calculs de superficie relative qui ont le double défaut de manquer d’exactitude et de n’avoir jamais eu d’application possible”: Avezac, Armand d’. *Considérations géographiques sur l’histoire du Brésil. Examen critique d’une nouvelle Histoire Générale du Brésil récemment publiée en portugais a Madrid par M. François Adolphe de Varnhagen, chargé d’affaires du Brésil en Espagne. Rapport fait à la Société de Géographie de Paris dans ses séances des 1er Mai, 15 Mai et 5 Juin 1857. Bulletin de la Société de Géographie, Paris, 1857, p. 120.*

⁶ CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955 (sobretudo os capítulos VI, “Gonçalo da Costa revela os planos de D. João III”, e VII, “A Expedição de Martim Afonso e a ampliação tordesilhana do Brasil”); Id. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores-Instituto Rio Branco, 1965-71, 2 vols.

tarde por Cabeza de Vaca, o qual também havia chegado ao Paraná partindo da costa meridional do Brasil.⁷

Também os donatários do norte procuraram penetrar no interior do continente em 1536. Os agentes castelhanos informaram que eles tinham armado um verdadeiro exército, completo de cavalaria e artilharia, no intuito de alcançar as riquezas (ouro e prata) que, segundo as mesmas fontes castelhanas, se encontravam nas cabeceiras do Rio Maranhão. Essas tentativas de fixar-se no interior, marchando de norte ao sul, prolongaram-se até o fracasso da expedição em 1538-39. Também nas capitânicas do litoral central os donatários organizaram expedições para o interior. O donatário de Espírito Santo arruinou-se com as expedições à procura das minas de ouro de que falavam os índios do litoral, e o donatário de Pernambuco estava tentando organizar a sua própria expedição, ainda no começo da década de quarenta, quando altivamente escrevia ao rei que ele não iria repetir os erros dos donatários do norte.⁸

Os primeiros planos portugueses no Brasil, como se dizia, foram provavelmente influenciados pelas proezas de Cortés e Pizarro nas Índias de Castela e, verossimilmente, também pelas façanhas dos próprios "conquistadores" portugueses nas Índias orientais. Ao tempo da distribuição das donatárias, ninguém podia imaginar que às espaldas das nações *tupi* estabelecidas no litoral não houvesse reinos e impérios para conquistar, mas somente outras e infinitas nações indígenas que não possuíam uma organização social mais complexa da dos *tupiniquim* e *tupinambá*.

A perplexidade de Varnhagen com as "absurdidades" do plano de colonização era, pois, plenamente justificada. Tanto mais, porque ele sabia a respeito muito mais do que nos relatou.

⁷ La relacion y comentario del gouernador Aluar nuñez cabeça de vaca, de lo acaecido en las jornadas que hizo a las Indias ..., impresso em Valladolid, por Francisco Fezrnandes de Cordova, 1555; ed. util. Comentarios de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, adelantado y gouernador del Rio de la Plata, em Historiadores primitivos de Indias: Madrid, Atlas, 1946 (Biblioteca de Autores Españoles, 22) vol. I, p. 549-599.

⁸ Vasco Fernandes Coutinho "... se tornou pera o reino a aviar-se pera ir ao sertão a conquistar minas de ouro e prata... Mas enfim, gastados muitos mil cruzados que trouxe da India, e muito patrimonio que tinha em Portugal, acabou tão pobrememente...": Salvador, Frei Vicente do [Vicente Rodrigues Palha]. *História do Brasil* [1627], ed. crítica de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia (1918), reprod. fac-similar Belo Horizonte-São Paulo: Ed. Itatiaia-Ed. Universidade de São Paulo, 1982, Livro II, Cap. IV, p. 108.

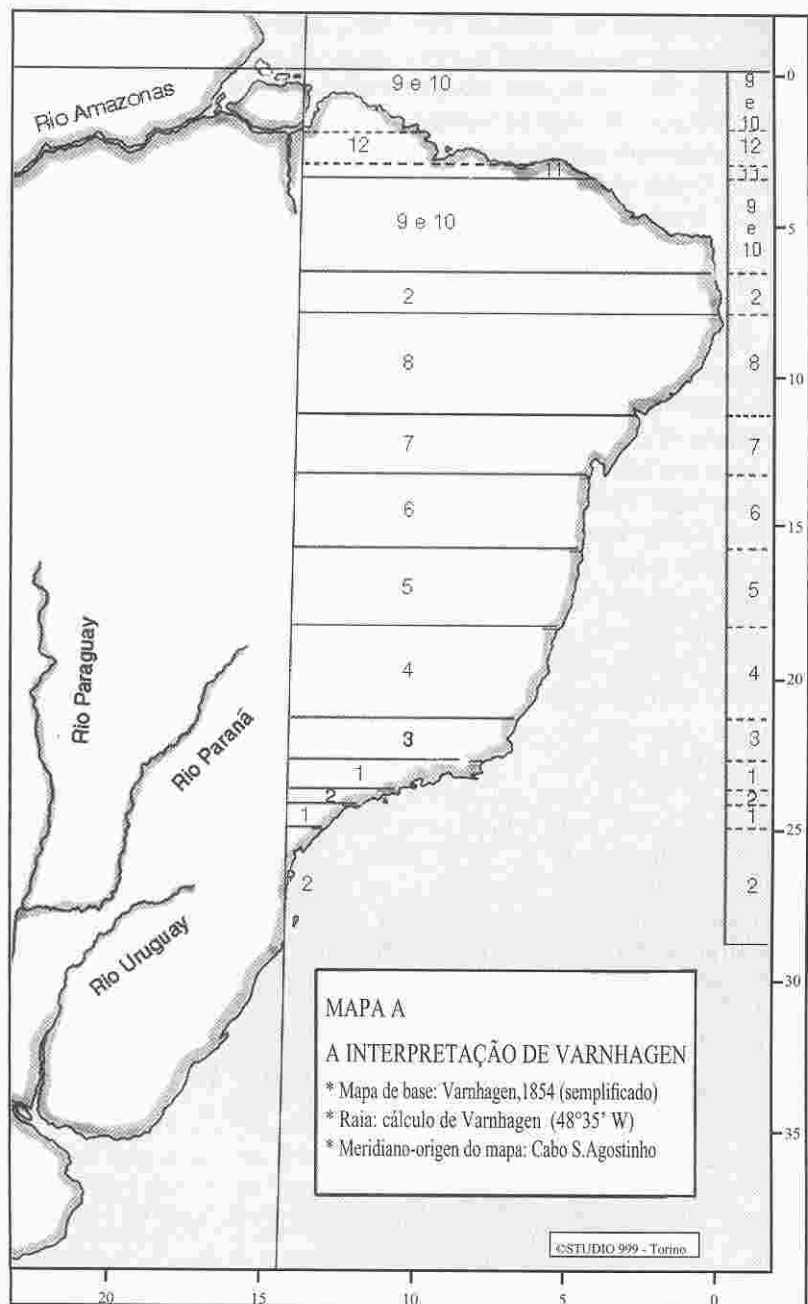
Sobre os projetos de Duarte Coelho, veja-se sua carta a D. João III, de 27 de abril de 1542, em *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, direção de Carlos Malheiro Dias, Ernesto de Vasconcelos e Roque Gameiro, 3 vols., Porto: Litografia Nacional, 1921-26, vol. III, p. 313-314; reprodução fac-similar e leitura paleográfica em *Cartas de Duarte Coelho a El-Rey*. Recife: Imprensa Universitária, 1967 (Documentos para a história no Nordeste, n. 2).

Tendo sido o primeiro (e, por muito tempo, o único) a ver as cartas de doação na Torre do Tombo e tendo sido o primeiro (e, por muito tempo, o único) a representar as divisas das capitâneas sobre um mapa da América do Sul, sabia que era absolutamente impossível representá-las como um conjunto de linhas paralelas ao Equador. O problema não eram as sete capitâneas do litoral central (desde Itamaracá até São Tomé): ali bastava identificar os topônimos quinhentistas (ou calcular o número de léguas doadas, quando esta era a única informação proporcionada pelas cartas de doação) e traçar linhas retas correndo de leste a oeste. O problema eram os limites das quatro doações setentrionais e das quatro meridionais: um verdadeiro quebra-cabeças!

Contradições da representação cartográfica usual

No momento de traçar no seu mapa os limites dos quatro senhorios meridionais – Rio de Janeiro, Santo Amaro, São Vicente e Sant’Ana –, Varnhagen deve ter notado que do mapa sairia um quadro ainda mais ilógico do que receava.

O lote de Santo Amaro (de Pêro Lopes), por exemplo, compreendia uns sessenta quilômetros de litoral quase paralelos ao Equador, pois entre a divisa setentrional (Rio Juqueriquerê) e a divisa meridional (Bertioga) havia apenas dez minutos primos. O lote consistiria numa faixa sutil de apenas 17 quilômetros de largura estendendo-se “sertão adentro” por mais de 200 quilômetros. Esta faixa sutil, partindo do litoral oriental, teria alcançado na serra a povoação de São Paulo, porta de acesso ao caminho do sertão. O senhorio de Pêro Lopes controlaria assim o ponto estratégico que ligava o interior ao litoral meridional, mas sem muito proveito, porque o posto avançado na serra teria ficado separado administrativamente, seja do sertão, ao norte, seja do litoral, ao sul, ambos pertencentes aos senhorios de Martim Afonso. Por sua vez, o senhorio de São Vicente (de Martim Afonso) teria controlado os excelentes desembarcadouros da baía de Santos, mas sem muita vantagem, porque a capitania se estenderia da baía de Santos para o sul.



Quem teria planejado este absurdo? E como era possível imaginar que Martim Afonso, tendo morado na região por mais de um ano e meio, entre 1532 e 1533, tendo sido ele próprio o fundador da vila de São Vicente e o organizador do posto de São Paulo, tivesse deixado de alertar Lisboa, isto é, tivesse deixado de explicar que essas divisas teriam complicado inutilmente a vida dos colonos? E por que, depois de feitas as doações, teria deixado de protestar, tratando-se das doações do irmão e da sua própria?

Essas perguntas devem ter inquietado Varnhagem. Além do mais, ele tinha nascido na própria capitania de São Paulo, conhecia bem a região por tê-la visitado em 1840 (justamente a fim de estudar a primeira fase da colonização) e conhecia como ninguém a expedição dos irmãos Sousa, por ter curado a primeira edição crítica do *Diário da Navegação*.⁹ Mas o pior não era ter que explicar as incongruências, o pior era ter que desenhá-las no mapa. O lote de Santo Amaro media entre um quarto e um quinto dos lotes de Sant'Ana, São Vicente e Rio de Janeiro em léguas "de longo ao largo da costa", mas media somente entre a oitava e a décima quinta parte deles sobre o meridiano. O lote teria resultado, sempre e em qualquer caso, pequeno demais para ser representado a uma escala útil para a impressão.

Uma complicação gráfica ulterior nascia da proximidade das capitanias meridionais à linha da demarcação: os quatro lotes tinham um desenvolvimento modesto no interior, mas o mais meridional deles, Sant'Ana, iria praticamente sobrepor-se à linha que no mapa de Varnhagen indicava a posição da raia. O meridiano de Tordesilhas, aliás, teria criado uma situação impossível, entrando e saindo continuamente da terra firme. Os domínios castelhanos e portugueses se teriam intercalado ao longo da costa de Sant'Ana reduzindo a capitania portuguesa a uma série de pequenas *enclaves*. A ilha de Santa Catarina, enfim, teria pertencido a Portugal, mas a costa fronteira à ilha, na outra margem do canal, teria pertencido a Castela.

Varnhagen teve, pois, que "ajustar" um pouco as coisas, incluindo no lote de Santo Amaro o litoral entre Bertioiga e Santos (que constitui a porção setentrional de São Vicente) e incluindo no

⁹ Pero Lopes de Souza, *Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil, em 1530, sob a capitânia-môr de Martim Affonso de Souza, escripto por seu irmao Pero Lopes de Souza, publ. por Francisco Adolfo de Varnhagen*. Lisboa: Typ. Soc. Prop. Conhec. Uteis, 1839.

Sobre a viagem de 1840 na região de São Paulo, veja-se Lessa, Clado Ribeiro de. *Formação de Varnhagen, 1816-1841*. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 23-34.

lote de Sant'Ana o litoral entre Cananéia e Paranaguá (que de São Vicente constitui a porção mais meridional). A largura de Santo Amaro ficou assim quadruplicada, a de São Vicente reduzida à metade e a de Sant'Ana ampliada de um terço. Desta maneira, Varnhagen conseguiu tornar menos evidentes as desigualdades entre as capitanias, pôde representar no mapa a quase invisível capitania de Santo Amaro e conseguiu também atribuir um mínimo de consistência territorial à porção setentrional de Sant'Ana, tudo à custa do lote de São Vicente.

Mas não era tudo. Os problemas surgidos com as capitanias meridionais devem ter parecido pouca coisa a Varnhagen, em comparação com as dificuldades realmente insuperáveis que se lhe apresentaram na hora de traçar em seu mapa os limites das capitanias setentrionais. Se o leitor prestar atenção à versão simplificada do seu mapa, que aparece no mapa A, pode ver que ele representou somente uma das divisas do norte. No mapa original, publicado em 1854, aparece uma linha paralela ao Equador, que começa pouco ao norte do Cabo de São Roque: ela não representa um limite, como se poderia supor, mas simplesmente o paralelo 5° S. O único limite representado é a divisa entre as 100 léguas de Barros e Cunha (donatários 9 e 10 sul) e as 40 léguas de Antônio Cardoso de Barros (donatário 11). Varnhagen renunciou, pois, a marcar os limites das demais doações do norte. Renunciou a fazê-lo por uma boa razão: porque não podia.

Vamos começar pela menor das capitanias do norte, a capitania de Cardoso de Barros. Na *História Geral*, Varnhagen tinha deixado transparecer seu embaraço, admitindo que “esta capitania tinha apenas seis léguas de espaço de latitude, pois seguia de dois graus a dois graus e um terço”.¹⁰ Seis léguas, ou seja, pouco menos de 36 quilômetros. Mais uma faixa sutil a entrar no sertão por centenas de quilômetros (desta vez 700!). Mas Varnhagen não contou tudo. A coisa pior era que a capitania de Cardoso não teria nem as seis léguas de largura, pois elas se encontrariam, pelo menos no trecho inicial, no meio do mar.

A carta de doação, com efeito, declarava que as 40 léguas começavam “na Angra dos Negros, que está da banda do Leste em altura de 2°” e terminavam “no rio da Cruz, da banda de Loeste, que está em altura de 2° 1/3”. Isto é, o marco oriental encontrava-se ao norte do marco ocidental. Evidentemente, a carta de marear ou talvez o roteiro utilizado pela carta de doação, em lugar de representar, como os nossos mapas, o litoral descendo do Equador

¹⁰ HGB, I, I, IX, p. 145.

em direção S-E, representavam este trecho do litoral brasileiro como uma linha que ia subindo rumo a N-E em direção do Equador. Varnhagen conhecia bastante bem a cartografia da época e sabia que este tipo de representação do litoral norte do Brasil, acentuando o saliente do Acaraú, era comum no século XVI (e teria continuado a sê-lo no século XVII), de modo que não havia outra solução possível: se a capitania de Cardoso tinha mesmo que correr de leste a oeste, era preciso concluir que Lisboa tinha escolhido duas divisas que teriam colocado a capitania no meio do mar.

Depois do primeiro trecho, correndo sempre rumo a oeste, o senhorio de Cardoso de Barros teria encontrado, finalmente, a terra firme, mas infelizmente teria invadido o território do limítrofe senhorio de Alvares de Andrade (donatário 12) sobrepondo-se a ele por quase toda a sua extensão. É por isso que no mapa de Varnhagen falta a divisa entre os dois senhorios.

Mais ao norte a situação não iria melhorar. Também o senhorio de Alvares de Andrade (12) teria invadido as 50 léguas de João de Barros e Aires da Cunha (9 e 10 norte): o lote de Andrade teria cortado a baía do Maranhão bem no meio, separando a doação de Barros e Cunha em dois pedaços incomunicáveis, ao norte e ao sul da baía. Obviamente, era melhor nem tentar representar essa divisa no mapa.

Varnhagen tentou contornar a impossibilidade de marcar os limites dessas capitanias colocando no seu mapa somente os números correspondentes aos donatários. Os colocou em proximidade das latitudes corretas, mas deslocados um pouco para o norte, de maneira a evitar as sobreposições. No caso da capitania mais setentrional, os números (9 e 10) foram colocados em proximidade do Equador. Ora, as cartas régias tinham fixado o limite setentrional desta doação na Abra de Diogo Leite, geralmente identificada com o Rio Turiaçu (o qual se acha uns 200 quilômetros abaixo do Equador), mas o leitor pode observar no mapa A que os números (seja no desenho seja na legenda lateral) encontram-se sempre ao norte do Turiaçu: um observador despercebido é levado, pois, a identificar este rio com o limite meridional da doação (como se vê mais claramente graças às linhas descontínuas que acrescentei ao mapa de Varnhagen).

O responsável por este possível equívoco não foi além. Que eu saiba, nunca se atreveu a chamar "Pará" a mais setentrional das doações de D. João III, mas receio que, afinal de contas, seja sua a responsabilidade pelo surgimento de uma imaginária capitania do Pará que encontraremos na cartografia posterior: uma capitania que teria tido o Turiaçu por limite meridional!

Uma saída: a invenção de uma nova capitania

É possível que muitos dos historiadores que se ocuparam do assunto tenham suspeitado que havia algo de errado na representação das capitanias do norte, mas o meio inventado por Varnhagen oferecia uma solução por demais tentadora. A solução era de uma absoluta simplicidade: tratava-se de deslocar a capitania mais setentrional, ainda mais para o norte e logo achava-se todo o espaço necessário para as demais capitanias.

É isso mesmo, pois, que vemos representado no mapa denominado *Distribuição das Donatárias*, publicado no terceiro volume da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (1921-26).¹¹ Impresso em grande formato, o mapa se faz lembrar pelas lindas reproduções das armas dos donatários colocadas em correspondência de cada senhorio. Entre os mapas das capitanias é, sem dúvida, o mais conhecido e utilizado, reproduzido inúmeras vezes em monografias, manuais e obras coletivas.

O autor deste mapa (talvez o próprio curador da obra, Carlos Malheiro Dias)¹² “completou” o trabalho de Varnhagen, marcando os limites que este tinha evitado traçar, criando assim uma nova família de representações cartográficas, em que aparece uma nova capitania ao norte do Rio Turiaçu chamada “Pará” e identificada com o senhorio mais setentrional de João de Barros e Aires da Cunha. A primeira consequência do deslocamento para o norte da doação de Barros e Cunha é que seu território vai ser ocupado pelo limítrofe senhorio de Álvares de Andrade e acrescentado ao território original deste último senhorio. Toda a operação ajuda muito no momento em que é preciso marcar os limites do senhorio de Álvares de Andrade.

A essa altura, obviamente, as denominações dos lotes deixam de corresponder aos territórios identificáveis com base nas cartas de doação e deixam também de corresponder exatamente aos territórios que aparecem no mapa: a baía do Maranhão, doada a Barros e Cunha, vem a ser “Pará”; o senhorio de Álvares de Andrade, que começava ao leste da baía do Maranhão para terminar ao leste do Rio Parnaíba (e que d’Avezac tinha justamente chamado “Parahyba”),¹³ vem a ser “Maranhão”; e por analogia vem a ser cha-

¹¹ O mapa, extra-texto, acha-se entre as p. 222 e 223.

¹² O autor poderia ser tanto Carlos Malheiro Dias quanto Ernesto de Vasconcelos, que tinha a direção cartográfica da obra. Como o mapa se encontra no meio do ensaio de Malheiro Dias “O regime feudal das donatárias”, a primeira hipótese parece-me mais provável.

¹³ A. d’Avezac, *Considérations géographiques*, cit., p. 198.

mado de "Piauí" o senhorio de Cardoso de Barros, que não incluía, em absoluto, o pequeno trecho de litoral sobre o qual se debruça hoje o estado do Piauí e que no mapa da *História da Colonização* está compreendido no senhorio de Álvares de Andrade.

Apesar disso, a operação faz sentido, e permite alcançar bons resultados, pois permite atribuir a cada lote, aproximadamente, o número de léguas de costa doadas pelas cartas régias. Deslocando para noroeste as capitânicas, o "Pará" vem a ter as 50 léguas doadas a Barros e Cunha, o "Maranhão" as 75 léguas de Álvares de Andrade e o "Piauí" as 40 léguas de Cardoso de Barros. Isso, talvez, possa explicar o procedimento do autor do mapa: ele deve ter verificado a ambigüidade da solução sugerida por Varnhagen, mas também as vantagens que proporcionava; deve ter conferido o número de léguas doadas pelas cartas régias e procedido à sua distribuição, levando em conta os limites fixados pelas cartas régias somente quando compatíveis com seus resultados.

Uma interpretação cartográfica diferente da divisão do Brasil apareceu em 1942 no belo livro do geógrafo norte-americano Alexander Marchant *From Barter to Slavery*.¹⁴ No mapa de Marchant encontramos novamente a imaginária capitania do Pará, mas sem a indicação dos donatários Barros e Cunha. O território destes últimos (do Turiaçu até pouco além da baía do Maranhão) é tomado pelo senhorio de Álvares de Andrade, o qual transfere o seu território (da baía do Maranhão até além do Rio Parnaíba) para o senhorio de Cardoso de Barros. Este último fica, pois, com o território de Álvares de Andrade e com o seu próprio. A essa altura, faltava somente demarcar a doação meridional de Barros e Cunha (50 léguas a cada um): Marchant dividiu as 100 léguas em dois lotes inexplicavelmente desiguais. Provavelmente tomou o paralelo 5°S (que aparecia no mapa original de Varnhagen) pelo limite entre os dois lotes. Embora esse mapa seja muito utilizado e constantemente reproduzido (mesmo nas obras mais atualizadas), é preciso dizer, com franqueza, que se trata de um verdadeiro emaranhado, que obscurece ainda mais (e inutilmente) o já complicado problema da disposição das capitânicas setentrionais.

¹⁴ Marchant, Alexander. *From Barter to Slavery. The Economic Relations of Portuguese and Indians in the Settlement of Brazil, 1500-1580*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1942 (2ª ed. Gloucester, Mass. 1966). Trad. port. de Carlos Lacerda: *Do escambo à escravidão. As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943 (2ª ed. 1980).

Poderíamos continuar com mais exemplos, mas sem muito proveito. O que interessa é que todos os mapas das primeiras capitânicas, enquanto desdobramentos do protótipo de Varnhagen, deparam-se com o mesmo tipo de problemas. Todas as variantes, mesmo quando inconciliáveis, não conseguem representar os limites das capitânicas do norte e do sul sem manipular a documentação histórica.

Mais tentativas: a teoria do senhorio em parceria

Voltemos a Varnhagen. Ele sabia que os problemas encontrados em representar as capitânicas do norte numa projeção moderna do Brasil se teriam tornado insuperáveis se tivesse utilizado, como mapa de base, um mapa do século XVI. Com efeito, não é por acaso que o litoral entre o Cabo São Roque e o Amazonas foi conhecido desde o século XVI como a “costa leste-oeste”. Este trecho do litoral brasileiro era representado como se fosse quase paralelo ao Equador, de modo que em nada teria adiantado deslocar de algumas centenas de quilômetros os limites entre as capitânicas. Nos mapas que os portugueses utilizavam naquela época, de modo algum as capitânicas do norte poderiam ser representadas como uma série de faixas paralelas ao Equador, empilhadas umas em cima às outras.

Para alívio de Varnhagen, porém, havia um *monumentum* cartográfico importante como o *Roteiro de todos os sinais*, o conhecido e belo códice da Biblioteca da Ajuda. O “mapa geral” do códice (datado, habitualmente, de 1586-1590) é o único mapa antigo em que aparecem as divisas das capitânicas brasileiras. O fato extraordinário é que na costa leste-oeste, onde deveriam aparecer ao menos quatro doações, há uma única grande doação, atribuída inteiramente a João de Barros. A linha da costa corre, como em todos os mapas da época, quase paralelamente ao Equador, mas isso deixa de representar um problema, porque toda a região norte está contida numa única capitânica. O *Roteiro de todos os sinais* sugeria, pois, uma nova solução do problema: uma única capitânica, em lugar de quatro ou mais, para toda a região norte, desde Itamaracá até ao Rio Amazonas.

No começo, Varnhagen não deve ter prestado muita atenção a essa sugestão. O fato positivo era que todas as capitânicas corriam de leste a oeste, paralelamente ao Equador, mas como crer que toda a região norte tivesse pertencido a João de Barros? Var-

nhagem tinha examinado o que ficava das cartas de doação dos demais donatários na Torre do Tombo e sabia que também Cunha, Andrade e Cardoso tinham sido contemplados nas doações de 1535. A morte do primeiro e a desistência dos outros dois deveriam ter implicado na devolução de seus lotes à coroa: com certeza não poderiam pertencer aos herdeiros de João de Barros ao tempo da redação do *Roteiro*.

Não surpreende, pois, que, em 1839, em suas *Reflexões críticas* sobre o manuscrito de Gabriel Soares de Sousa, Varnhagen se limitasse a dizer que o *Roteiro* “representa o Brasil dividido em Capitânicas, por meio de linhas retas, que se estendem até a linha divisória dos domínios Castelhanos. Toda a costa do Norte dá a João de Barros...”.¹⁵ A falta de qualquer comentário sugere uma boa dose de desconfiança.

Mais tarde, quando estava preparando o primeiro volume da *História Geral*, e tinha verificado a impossibilidade de dar uma solução razoável ao problema dos senhorios do norte, a sugestão do *Roteiro* deve ter-lhe chamado novamente a atenção, pois revelava-se agora um verdadeiro salva-vidas. Em 1851, já estava convencido de que as coisas estariam mais ou menos como foram representadas no *Roteiro*. Nos *Comentários* à sua edição crítica do *Tratado* de Gabriel Soares, Varnhagen afirmou: “É hoje sabido pelos documentos que encontramos na Torre do Tombo, como esta capitania de Barros era mista, sendo ele donatário ao mesmo tempo que Fernão Álvares de Andrade e Aires da Cunha de 225 léguas de costa, e não de cinquenta só para ele”.¹⁶ Eis formulada a nova teoria: embora as cartas de doação tivessem concedido a cada um dos donatários um certo número de léguas de costa, na realidade tratava-se de um único senhorio.

A nova teoria baseava-se em dois fatos: o primeiro, era que João de Barros e Aires da Cunha tinham sido agraciados com duas doações “conjuntas” (de 100 léguas ao norte de Itamaracá e

¹⁵ Reflexões críticas Sobre o escripto do seculo XVI impresso com o titulo de Noticia do Brasil No Tomo 3º da Collecção de Not. Ultr. [Collecção de Noticias para a historia e geografia das Nações ultramarinas] Acompanhadas de interessantes noticias bibliográficas e importantes investigações históricas, por Francisco Adolfo de Varnhagen, socio correspondente da Academia [Academia Real das Ciências]. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1839, n. 16, p. 11-12.

¹⁶ Tratado descritivo do Brasil em 1587. Edição castigada pelo estudo de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França, e acrescentada de alguns comentários por Francisco Adolfo de Varnhagen. Rio de Janeiro, 1851 (1. ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional-Ed. da Universidade de São Paulo, 1971 (4. ed.), n. 10, p. 356.

de 50 léguas na baía do Maranhão); o segundo e decisivo fato, era a doação “conjunta” a Barros, Cunha e Andrade das minas de ouro e prata que fossem descobertas no território doado aos mesmos.

Como é sabido, nem todos os diplomas chegaram até nós, mas o que sobrou — entre fragmentos dos diplomas originais e traslados da Chancelaria real no século XVIII — basta para provar a inconsistência da teoria do condomínio senhorial.

Quadro 1

As sete doações do norte

<i>Ano de 1535</i>	<i>Doações</i>	<i>Donatários</i>	<i>Livros da Chancelaria</i>	<i>Traslados</i>
Março	1. 50 léguas	João de Barros	fragmento do Livro 73	Ms. 2264
	2. 50 léguas	Aires da Cunha	fragmento do Livro 73	
Março/Junho	3. 25 léguas	João de Barros	[falta]	
	4. 25 léguas	Aires da Cunha	[falta]	
	5. 75 léguas	F. Álvares de Andrade	[falta]	
Junho	6. Minas	Cunha-Barros-Andrade	[falta]	Ms. 2264
Novembro	7. 40 léguas	A. Cardoso de Barros	Livro 21	

Antes de mais nada, nunca houve uma doação “conjunta” de 100 léguas a João de Barros e Aires da Cunha. Pelo contrário, D. João III tinha feito duas doações, de 50 léguas a Barros e de 50 léguas a Cunha, no mesmo dia. O que é verdadeiro é que os dois tinham sido autorizados a repartir entre si as 100 léguas da maneira que achassem mais conveniente (depois, evidentemente, de ter reconhecido a região doada), contanto que da partição resultassem dois senhorios de 50 léguas cada um. A esse respeito as fontes são explícitas. Não se tratava de um único ato de doação, mas de dois atos e de dois diplomas separados, pois no final da carta de doação de João de Barros lê-se “[...] e a Ayres da Cunha mandei dar outra tal [*carta de doação*] das outras simcoenta legoas da sua Capitania”.¹⁷

¹⁷ IANTT, Manuscritos da Livraria, ms. 2264, n. 99; publicado na introdução de Baião, Antônio *A Ásia de João de Barros*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932, p. XXVIII-XXIV.

Por outro lado, nem é preciso ser especialista de história das instituições para compreender que a própria idéia do condomínio senhorial não tem fundamento sério. Basta ler as cartas de doação das capitânicas – as disposições sobre a ordem de sucessão e a transmissão dos poderes senhoriais, sobre a posse de terras por parte dos herdeiros, sobre as medidas em caso de suspensão do senhor, sobre a devolução do senhorio – para compreender que em caso algum derogar-se-ia o caráter pessoal e indivisível da doação.

Nada sobrou (nem originais nem traslados) das cartas de doação das 75 léguas de Andrade, das 25 léguas de Barros e das 25 léguas de Cunha. Mas algo nos chegou indiretamente através da carta de doação das minas que cronologicamente é de pouco tempo depois. No diploma, o rei diz, mais ou menos, o seguinte: que tendo doado a Barros, Cunha e Andrade 225 léguas de costa no Brasil, “repartidas em capitânicas”, e precisamente 75 léguas a Andrade e 150 léguas a Barros e Cunha, que como agora eles estavam organizando uma expedição completa de armamento, cavalaria e artilharia, tudo à sua custa, queria doar-lhes, e a seus herdeiros, “para todo sempre”, as minas que tivessem descoberto; dentro de vinte anos os donatários poderiam modificar as divisas entre as capitânicas, contanto que o resultado da repartição correspondesse ao número exato de léguas que El-Rey tinha doado a cada um.

É bastante claro, portanto, o que aconteceu. Em primeiro lugar foram feitas as doações dos senhorios e foram fixados os pontos do litoral que marcariam os limites (de sul a norte: 1. Bahia da Traição, 2. Angra dos Negros, 3. Rio da Cruz, 4. Cabo de Todos os Santos, 5. Abra de Diogo Leite). Logo depois, os três donatários acordaram-se para financiar e organizar a expedição militar conjunta (encargo pesado, pois esta compreendia um milhar de pessoas), recebendo em compensação a doação das minas. Ao problema das eventuais desigualdades resultantes da distribuição das capitânicas foi dada a mesma solução encontrada, poucos meses antes, na doação das 100 léguas a Barros e Cunha. Isto é: no caso em que as minas e os despojos esperados não fossem achados em igual medida nos três senhorios, os donatários poderiam suplicar a licença para poder modificar as divisas. E isso somente dentro do prazo de 20 anos.

Nada melhor do que essa carta régia para testemunhar que os limites entre as capitânicas tinham sido fixados de forma exata, que cada um dos donatários tinha seu próprio lote (Barros e Cunha tinham dois cada um) e que, justamente por isso, os três garantiram-se o direito de repartir os senhorios mais eqüitativamente. O que é que sobra, enfim, da teoria do condomínio? Praticamente nada. Ela

deveria atestar que os limites entre as capitânias do norte de fato não existiram. Mas tanto a carta de doação das 100 léguas quanto a carta de doação das minas atestam, pelo contrário, que esses limites existiram, que eram vigentes, de fato e de direito, e que somente pelo acordo comum dos donatários (e somente antes de 1555) poderiam ser eventualmente modificados.

O que aconteceu depois é bastante conhecido. Aires da Cunha, o comandante da expedição, morreu na baía do Maranhão e a sua doação foi "rota". Depois do fracasso de 1539, Álvares de Andrade deve ter renunciado, pois também sua carta de doação foi arrancada do livro das doações da Chancelaria. Pelo contrário, os filhos de João de Barros procuraram por décadas colonizar os dois lotes paternos. Os documentos inéditos publicados em 1917 pela Academia das Ciências de Lisboa comprovam que João de Barros e seus filhos tinham escolhido os lotes mais meridionais, isto é, o lote contíguo a Itamaracá e o lote contíguo à doação de Álvares de Andrade.¹⁸ Aires da Cunha, portanto, teria ficado (sempre que a repartição fosse anterior a seu falecimento ou pelo menos à devolução de seus senhorios) com o lote contíguo à doação de Cardoso de Barros e com o lote mais setentrional que terminava na Abra de Diogo Leite.

Ninguém (que eu saiba) tem notado que a posição dos quatro senhorios de Barros e Cunha está claramente representada nos mapas de Bartolomeu Velho conservados na Accademia delle Belle Arti de Florença.¹⁹ Os mapas de Velho são datados 1561 (mais próximos,

¹⁸ Academia das Ciências de Lisboa, Documentos inéditos sôbre João de Barros. Sobre o escritor seu homônimo contemporâneo, sôbre a família do historiador e sôbre os continuadores das suas "Decadas", por António Baião, Director do Arquivo da Torre do Tombo e Sócio correspondente da Academia. Separata do Boletim da Segunda Classe [11 (1916-17)]. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917.

¹⁹ Sobre os quatro mapas (compondo um planisfério) de Bartolomeu Velho, vejam-se as breves notícias de Marinelli, G. Recente ritrovamento di carte nautiche e planisferi. *Rivista Geografica Italiana*, 4 (1897), p. 454-456; Pullé, F. L. Il planisfero portoghese di Bartolomeo Velho (1561) di recente scoperto nel R. Istituto di Belle Arti in Firenze. *Ibid.*, 5 (1898), p. 50; Barbieri, G. Il mappamondo di Bartholomeu Velho del 1561. *Ibid.*, 61 (1949), p. 55-58; Caraci, G. *Tabulae Geographicae Vetustiores in Italia adservatae*. Firenze, 1927, v. 2, p. 21.

Maiores informações acham-se em Cortesão, Armando. *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*. Lisboa: Edição da "Seara Nova", 1935, 2 v., v. 2, p. 239-243, e sobretudo em *Portugaliae Monumenta Cartographica*, por Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987 (2. ed.), 6 v. e um atlas, v. 2, p. 95-97. Os nomes dos donatários encontram-se nas estampas 202 e 203, que reproduzem o segundo e o terceiro mapa.

O almirante Teixeira da Mota observou justamente que "o grupo de cartas de Florença ocupa um lugar muito especial na cartografia portuguesa de meados do século XVI. Com efeito, ao invés do que se vê na generalidade das cartas lusitanas de então,

portanto, à época das doações do que o *Roteiro de todos os sinais* é seu autor parece melhor informado do autor do *Roteiro* sobre a primitiva organização administrativa do Brasil.²⁰ Se bem que nos mapas de Velho não estejam desenhados os limites entre as capitanias, a posição em que foram colocados os nomes dos primeiros donatários permite-nos conhecer, *grosso modo*, a colocação e a seqüência dos senhorios.

Os mapas de Velho mostram o litoral brasileiro descendo suavemente do Amazonas até a capitania de Cardoso de Barros, para depois subir um pouco rumo ao Equador antes de virar para S-E. Os nomes dos donatários estão alinhados na posição que (aproximadamente) tento reproduzir aqui em abaixo:

	de a ^o cardofo			
capitania dairef da cunha	de Johã de Barros	de fernã dalvz dã drade	dairef da cunha	de J ^o de barros
				de p ^o . lopez de soufa
				de dte coelho

que são de caráter puramente náutico, com o interior dos continentes normalmente preenchido por motivos ornamentais, há nestes quatros belos espécimes a idéia de representar rios, montes, povos, regiões [...] (*Portugaliae*, cit., v. 2, p. 96). Velho não se limitava ao contorno dos continentes, era curioso, tinha boas fontes de informação e desenhou seus mapas apenas 25 anos depois das doações brasileiras. Sob todos os aspetos é uma fonte melhor do que o *Roteiro* (veja-se, sobre este, a nota seguinte).

²⁰ O *Roteiro* representa um caso típico de documento autêntico, mas infiel. Há erros macroscópicos, como a inclusão da cidade de Rio de Janeiro na capitania de Pêro de Góis, e quase todos os limites das capitanias estão errados. O limite entre Rio Grande e Itamaracá está traçado ao sul da Bahia da Traição e o limite entre Itamaracá e Pernambuco ao sul do Rio da Santa Cruz; o limite entre Porto Seguro e Espírito Santo foi deslocado para sul de 150 quilômetros e de 80 quilômetros o limite entre São Tomé e Rio de Janeiro. Quase completa é a ignorância da situação das capitanias meridionais, pois no mapa não há traços do lote setentrional de São Vicente nem do senhorio de Santo Amaro (que Lopo de Sousa não tinha ainda herdado). É forçoso concluir que o autor do mapa (ou talvez quem lhe forneceu os dados político-administrativos) possuía informações aproximativas sobre fatos que eram comezinhos no Brasil.

Varnhagen não conhecia os mapas de Florença. Se, por hipótese, os tivesse visto, teria ficado ainda mais perplexo ante a representação do *Roteiro*. Mas, em segredo, as dúvidas devem ter continuado a afligi-lo, pois, apesar da aparente firmeza das palavras de 1851, não podia esquecer que a teoria do condomínio senhorial não resolvia todos os problemas.

Que fazer, por exemplo, com o senhorio de Cardoso de Barros? Este não tinha sido incluído na doação das minas. E, portanto, não se podia sustentar que também seu senhorio tivesse sido anexado à capitania única do norte. Pior ainda, sua doação era posterior à doação das minas, pelo que era preciso supor que el-Rei, depois de ter criado a grande capitania condominial do norte, a tivesse cortado pelo meio, com a criação do senhorio de Cardoso. Como explicar isto? E como explicar tanto descuido pouco antes da decisão de enviar um corpo expedicionário que deveria marchar pelo sertão adentro? E como ia ficar a eventual sucessiva redistribuição das terras de Barros, Cunha e Andrade?

Por fim, Varnhagen deve ter pensado que a coisa melhor era deixar tudo como estava. Isto é, representar somente o que era possível representar (uma única divisa no mapa e a posição das demais na legenda lateral) e deixar suspeitar que as eventuais incongruências não teriam importância, porque os limites entre estes senhorios de fato não existiam. Foi um cálculo inteligente, pois a teoria do condomínio senhorial firmou-se na historiografia. Depois de Varnhagen, continuou-se a falar dos donatários do norte como de "co-donatários", "parceiros", "associados", e os quatro senhorios de João de Barros e Aires da Cunha continuaram a ser representados como duas capitanias indivisas.

Primeiros indícios da solução: os limites das capitanias do sul

A primeira pista útil para aproximarmo-nos da solução do quebra-cabeças das capitanias do norte sai (pode parecer paradoxal) das capitanias do sul e nos conduz a uma época posterior: as primeiras décadas do século XVII. Assim como aconteceu com as cartas de doação das capitanias do norte, também os diplomas originais das doações do sul foram arrancados dos livros da Chancelaria de D. João III, mas por razões desconhecidas, pois estas doações nunca foram "rotas". Para complicar as coisas, desde as primeiras décadas do século XVII circularam no Brasil cópias apó-

crifas dos originais desaparecidos que, muito provavelmente, foram forjadas no âmbito da disputa judicial entre os herdeiros de Martim Afonso e os herdeiros de Pêro Lopes de Sousa.

Vamos ver brevemente os fatos. No fim do século XVI, após uma série de sucessões femininas e as conseqüentes mudanças de linhagem, os três senhorios de Pêro Lopes (Itamaracá, Santo Amaro e Sant'Ana) tinham sido transmitidos pela última donatária ao primo Lopo de Sousa (1578-1610), neto de Martim Afonso e donatário dos lotes de São Vicente e do Rio de Janeiro. As quatro capitâneas do sul e a capitania de Itamaracá ficaram assim reunidas sob o senhorio de Lopo por quase duas décadas. Na realidade, as capitâneas eram cinco, no papel, mas, de fato, eram pouco menos de três, pois Santo Amaro já estava sem governo autônomo, Sant'Ana nunca tinha sido colonizada e Rio de Janeiro tinha sido mutilado da região central (a baía do Rio de Janeiro, devolvida à coroa em 1567) e consistia de dois troncos, separados pela baía do Rio, que iam de Caraguatuba até Angra dos Reis e de Cabo Frio até Macaé.

Logo depois da morte de Lopo, o conde de Monsanto (descendente de Martim Afonso, por linha feminina) tinha começado a disputa judicial com a irmã e herdeira de Lopo, condessa de Vimieiro, reivindicando Itamaracá e Santo Amaro. Conseguiu ambos os senhorios, mas também (graças à corrupção e à colaboração de seus partidários na região) a maioria das vilas de São Vicente, sustentando que o limite entre os senhorios de Santo Amaro e São Vicente não passava pela fortaleza de Bertioga, isto é, pela boca norte do "Rio" de São Vicente (o canal que separa a terra firme das ilhas de São Vicente e Santo Amaro), mas pela barra de Santos, mais ao sul. A antiga capitania de São Vicente perdeu assim as vilas de São Vicente, Santos, São Paulo e outras duas, reduzindo-se ao litoral setentrional entre Caraguatuba e Angra (a posse do trecho Cabo Frio-Macaé foi-se perdendo) e ao litoral meridional entre Itanhaén e Paranaguá.

Esta divisão, contudo, tinha deixado sem definição os demais limites que separavam os senhorios dos herdeiros de Martim Afonso e de Pêro Lopes. A disputa territorial recomeçou, pois, durante a segunda metade do século XVII, quando a descoberta de minas de ouro no litoral sul e a colonização do Paraná alimentaram novamente a contenda entre as facções senhoriais. De repente voltou a ser muito importante saber onde terminava o senhorio de São Vicente e onde começava a antiga (mas até então virtual) capitania de Sant'Ana (começava perto de Paranaguá). E depois de

Taubaté vir a ser o ponto de partida das expedições para Minas Gerais, voltou a ser relevante também saber por onde passavam os antigos limites entre São Vicente e Santo Amaro e entre Santo Amaro e Rio de Janeiro.

Não podemos acompanhar aqui a crônica (embora interessantíssima) dos conflitos entre as administrações senhoriais. Vamos diretamente à questão que nos interessa.

Fato a estranhar é que ninguém na época pensava que as divisas entre os diferentes segmentos dos senhorios meridionais corresse de leste a oeste. As facções senhoriais tinham lutado obstinadamente para determinar se a divisa entre as antigas capitânicas de São Vicente (chamada agora Itanhaém, devido ao nome da nova capital) e de Santo Amaro (mais tarde chamada São Paulo, pela mesma razão) passava pela boca de Bertioga ou pela barra de Santos. Ora, quem não conhece os pormenores das medições realizadas em 1624 é levado a crer que este fato comprova a existência de limites paralelos ao Equador, tais como aparecem na representação cartográfica usual. Com efeito, se os limites entre as duas capitânicas tivessem corrido de leste ao oeste, o deslocamento da divisa de Bertioga para a barra de Santos – mesmo sendo de poucos quilômetros “de longo ao largo da costa” e de poucos primos sobre o meridiano – teria permitido aos condes de Monsanto apoderar-se das vilas de São Vicente e de Santos. A vila de São Paulo, contudo, deveria ter pertencido em todo caso a Santo Amaro, como temos visto, e isso desde o começo da colonização.

Mas a situação, antes da disputa judicial, era diferente. Também a vila de São Paulo pertencia à capitania de São Vicente, o que pode ser explicado somente no caso em que o limite corresse, não de leste a oeste, mas, partindo do litoral, rumo a N-W. Mais tarde, quando das medições judiciais de 1624, o pessoal encarregado da tarefa (pilotos e oficiais da Fazenda Real) tinha, sim, colocado o marco na barra de Santos (como convinha aos Monsanto), mas dali tinha tirado uma linha ideal entrando no sertão perpendicularmente à linha da costa. Em outras palavras: ninguém (nem os oficiais corruptos e os partidários dos condes de Monsanto) tinha tomado em consideração a hipótese de que a linha divisória devesse correr, desde o marco, em direção leste-oeste. Embora os condes tivessem pensado inicialmente em sustentar essa tese (com esse fim teriam, pois, forjado as cópias apócrifas da doação de Pêro Lopes, como veremos daqui a pouco), seus partidários no Brasil tinham interpretado suas pretensões de forma diferente.

O fato é que, antes e depois da disputa (isto é, desde o começo da colonização) todos, no Brasil, sabiam que os limites entre os senhorios de Martim Afonso e de Pêro Lopes intersectavam o litoral perpendicularmente. Com certeza, esta foi a direção dos limites no sertão da região de São Paulo durante o século XVII e no começo do século XVIII (até a devolução dos senhorios). O fato prova-se facilmente.

A divisa do Rio Curparé (depois Rio Juqueriquerê) começava na boca do rio, pouco a norte da ilha de São Sebastião, separando o termo da vila de Caraguatuba (1650) do termo da vila de São Sebastião (1626). A primeira pertencia ao antigo lote do Rio de Janeiro (agora incluído no senhorio de Itanhaén) e a segunda ao antigo lote de Santo Amaro (agora São Paulo). Avançando para o interior, encontravam-se as vilas de Jacareí (1652), que ficava no senhorio de Itanhaén e a vila de Mogi (1611), que ficava no senhorio de São Paulo. Ora, a linha ideal que separa as vilas de Caraguatuba e de Jacareí (pertencentes a Itanhaén) das vilas de São Sebastião e de Mogi (pertencentes a São Paulo) é uma reta que corre rumo a N-W com uma inclinação de cerca de 35°. A mesma coisa acontecia com a divisa que começava na barra de Santos. Deixando o litoral, encontravam-se a leste as vilas de São Vicente (1532), Santos (1545), São Paulo (1553), Parnaíba (1625) e Itu (1657), todas pertencentes ao senhorio de São Paulo, e encontravam-se a oeste as vilas de Itanhaén (1561) e de Sorocaba (1661), pertencentes ao senhorio de Itanhaén. Aqui, também, a linha divisória era uma reta que corria rumo a N-W.²¹

Essa disposição dos limites, vigente durante a maior parte do século XVII e a primeira década do século XVIII (isto é, até a devolução dos dois senhorios), era perfeitamente razoável, pois acompanhava o movimento natural dos povoadores que subiam os vales e o curso dos rios rumo a N-W. As próprias autoridades dos senhorios conformavam-se: os loco-tenentes dos senhores distribuíam as sesmarias, sertão adentro, perpendicularmente à linha da

²¹ Os dados em: Araújo, José de Souza de Azavedo Pizarro e. *Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas a jurisdicção do vice-rei do Estado do Brasil*. 9 t. em 5 v., Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 1820-1821; 10 vols., Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945-1948 (2. ed.); Marques, Manuel Eufrásio de Azavedo. *Apontamentos Históricas, Geográficas, Biográficas, Estatísticas e Noticiosas da Província de São Paulo: seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. Rio de Janeiro, 1879; 2 vols., Belo Horizonte-São Paulo: Ed. Itatiaia-Ed. Universidade de São Paulo, 1980; Calixto, Benedicto. *Capitania de Itanhaém. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, XX (1915), p. 401-472; Id. *Capitanias Paulistas. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, XXI (1916-1921), p. 89-302.

costa. E como todo esse trecho do litoral brasileiro, desde Rio de Janeiro até Paranaguá, está inclinado a S-E, a direção de marcha para todos, colonos e autoridades, era rumo a N-W.

A colonização tinha as suas regras e ninguém podia escolher como melhor lhe parecesse a direção dos limites. Muito provavelmente teria sido impossível impor à sociedade colonial limites que não fossem os mais lógicos e naturais, isto é, os perpendiculares à linha da costa.

Voltamos agora ao século XVI. Os conselheiros de D. João III – diferentemente do que habitualmente se pensa – estavam perfeitamente cientes dessa realidade. Eles sabiam muito bem que teria sido impossível impor limites às capitânicas brasileiras que não levassem em conta a direção natural da ocupação do sertão. E o pessoal de Lisboa era tão sabedor disso que tinha planejado dois limites, que corriam, por longo trecho, rumo a N-W.

As cartas de doação nos dizem que os limites dos senhorios doados entre Itamaracá e São Tomé corriam de leste a oeste, mas o limite entre São Tomé e Rio de Janeiro – cujo marco na costa tinha sido fixado treze léguas ao norte do Cabo Frio (mais ou menos onde hoje se encontra Macaé) – corria daquele ponto rumo a N-W até à altura do 21º paralelo, e somente então se dirigia rumo a oeste. A cópia da carta de doação de Martim Afonso outrora conservada na Casa da Índia de Lisboa dizia, pois: “[...] se porá um padrão das minhas armas e se lançará uma linha pelo rumo do Noroeste até a altura de vinte um graus e desta dita altura se lançará outra linha que corra diretamente a Oeste”.²² Também a linha divisória entre Rio de Janeiro e Santo Amaro corria rumo a N-W. A cópia da doação de Pêro Lopes publicada por D. António Caetano de Sousa nas *Provas da História Genealógica*, dizia: “[...] no dito de Curparê da banda do Norte se porá Padram, e se lançará huma linha, pelo rumo de Noroeste athe altura de 23 graos, e desta dita altura será outro Padram, e se lançará huma linha, que corte diretamente a Loeste”.²³

Colocando esses limites sobre um mapa moderno, vemos que o primeiro dirige-se de Macaé rumo a Belo Horizonte, alcançando, depois de mais de 200 quilômetros, Senador Firmino, no estado de Minas Gerais, para prosseguir rumo a oeste, em direção ao Rio Paraná. O segundo limite, partindo do Rio Juqueriquerê, chega, depois

²² Lê-se em *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, vol. 80 (Rio de Janeiro, 1948), p. 108 ss. Outro traslado da mesma doação encontra-se no códice I – 19, 7, 2 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e foi publicado em *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, vol. 13 (Rio de Janeiro, 1929), p. 136-149.

²³ Sousa, D. António Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa tiradas dos instrumentos do Archivo da Torre do Tombo*. Lisboa, 1739-1748, 6 v., v. 6, n. 35.

de uma centena de quilômetros, à Serra do Mato Mole, não muito longe da divisa atual dos estados de São Paulo e Minas, para prosseguir dali rumo a oeste.

Os lotes de Santo Amaro e de Rio de Janeiro eram, pois, muito maiores do que aparecem nas representações cartográficas usuais. Santo Amaro media uma centena de quilômetros sobre o meridiano e não era, portanto, aquela absurda fita que preocupava tanto Varnhagen (tanto assim que resolveu dilatá-la subrepticamente no seu mapa). O tamanho do lote de Martim Afonso, Rio de Janeiro, era cerca do dobro do que se pensa habitualmente. Muito maior, em qualquer caso, do lote de Pêro de Góis (outra incongruência que tinha afligido Varnhagen). Aliás, o limite setentrional de Rio de Janeiro reduzia o senhorio de São Tomé – que nas representações usuais parece enorme – a um pequeno triângulo, comprimido contra o litoral, cujo tamanho parece apropriado à condição social do donatário e ao caráter tardio de uma doação que deve ter sido literalmente retalhada dentro da doação de seu patrono.

O plano de colonização do Brasil meridional não foi, portanto, tão absurdo como se pensou, devido ao fato de que as divisas das capitânicas tinham sido adaptadas às mudanças de rumo do litoral de maneira a intersectá-lo perpendicularmente. O litoral entre Pernambuco e Rio de Janeiro corre, *grosso modo*, de norte a sul (direção ulteriormente acentuada pela cartografia quinhentista, a qual representava todo esse trecho como sendo quase perpendicular ao Equador). Para poder intersectar perpendicularmente o litoral, as linhas divisórias das capitânicas centrais deviam, portanto, correr de leste a oeste. Mas pouco antes do Rio de Janeiro o litoral inclina-se rumo a S-W, conservando esta direção até (mais ou menos) Paranaguá, onde retoma à direção norte-sul. Os limites das capitânicas dos irmãos Sousa tinham sido adaptados a estas mudanças de direção do litoral: os primeiros dois limites, colocados onde a costa corria rumo a S-W, dirigiam-se rumo a N-W (pelo menos no primeiro trecho) enquanto os últimos dois limites, encontrando-se onde a costa voltava a correr norte-sul, corriam novamente leste-oeste.

O quinto limite – entre Santo Amaro e São Vicente – tinha sido efetivamente mal planejado. Como temos visto, ele separava a baía de Santos da serra de São Paulo. Pior ainda, ele corria leste-oeste, partindo de um trecho do litoral quase paralelo ao Equador. O erro, contudo, foi corrigido já nos primeiros tempos da coloniza-

ção. Como nos conta Frei Gaspar em suas *Memórias*,²⁴ terminada a guerra contra os *tamoios* (presumivelmente, pois, em 1566), as duas linhagens dos Sousa do Prado tinham concordado em colocar a divisa no canal que separa as ilhas de São Vicente e Santo Amaro, e como o canal está orientado a N-W, também essa divisa terminou para se dispor perpendicularmente à linha da costa.

Se algo pode ser censurado no círculo “brasileiro” dos conselheiros de D. João III, é de não ter perseverado o suficiente nesta direção. Reconduzir os limites rumo a oeste, depois de 100-200 quilômetros, não era uma boa idéia. Talvez isso servisse efetivamente – como supõe a historiografia – para controlar os reveses da sorte, pois a possibilidade de achar riquezas numa única doação diminuía com a alternância dos lotes. (Como temos visto, o mesmo problema se apresentaria mais tarde nas doações do norte). Mas, com certeza, não ajudava a colonização, como fica comprovado pelo desenvolvimento posterior dos limites.

No século XVII o problema dos limites foi reaberto pela disputa judicial que, como se dizia, complicou a vida dos historiadores, pois a facção dos condes de Monsanto foi levada a forjar cópias infieis da doação de Pêro Lopes. Com certeza foram forjadas as cópias que se encontravam nos arquivos das câmaras de Goiana e de São Vicente (as capitais dos senhorios dos Monsanto), das quais tinha sido retirada qualquer referência aos limites que corriam rumo a N-W e nas quais tinha sido aumentado o número de léguas doadas a Pêro Lopes entre o Rio Curparé e o “Rio” de São Vicente (para permitir aos condes de Monsanto apoderar-se das vilas do senhorio vizinho).

Disso tinha-se apercebido, já antes de 1797, Frei Gaspar,²⁵ que apoiava as pretensões dos ex-donatários condes de Vimieiro no pedido de indenização à coroa. E antes dele (1772), Pedro Taques de Almeida (também favorável aos condes de Vimieiro) tinha transcrito em sua *História da Capitania de São Vicente* o texto da doação de Martim Afonso que, descrevendo corretamente o limite norte do lote de São Vicente, revelava implicitamente a falsificação das cópias da doação de Pêro Lopes.²⁶

²⁴ Deus, Frei Gaspar da Madre de [Gaspar Teixeira de Azevedo]. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, Hoje Chamada de São Paulo, do Estado do Brasil*. Lisboa, 1797 (1. ed.); Belo Horizonte-São Paulo: Ed. Itatiaia-Ed. Universidade de São Paulo, 1975 (4. ed.), p. 176.

²⁵ *Ibid.*, n. 186, p. 152 e n. 187, p. 153.

²⁶ Leme, Pedro Taques de Almeida Paes. *História da capitania de São Vicente desde a sua fundação por Martim Afonso de Sousa em 1531* (Copiado do manuscrito original existente no Archivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro) [1772]

Não faltavam, pois, os indícios que teriam permitido compreender que nem todos os limites das capitanias do sul consistiam em retas paralelas ao Equador. Mas Varnhagen desprezou as pistas que se achavam em Antônio Caetano de Sousa, Pedro Taques e Frei Gaspar. Com relação a este último, foi antes insolitamente acriminoso, julgando serem “invenções” as suas informações. A desconfiança de Varnhagen em relação a Frei Gaspar tinha raízes antigas, que remontam à já citada viagem de 1840, mas a destruição sistemática de sua credibilidade foi provocada, sobretudo, pela questão das divisas.²⁷ Varnhagen precisava deslocar para o sul a divisa entre Santo Amaro e São Vicente. Por isso nunca aceitou a idéia de que, no começo da colonização, ela tivesse sido fixada no canal de Bertioga.²⁸ Nem quis acreditar na existência de um posterior acordo de família ente os dois ramos Sousa, nem, evidentemente, na existência de cópias apócrifas da doação de Pêro Lopes.

Por quê? Provavelmente porque admitir que dois limites – mesmo que fossem somente dois – não correram leste-oeste, significava reabrir o problema dos limites das capitanias do norte.

Solução do quebra-cabeças?

Mas é justamente este o possível desenvolvimento que nos interessa. Como vimos, conservaram-se somente três dos sete diplomas concedidos aos donatários do norte. Nenhum desses três diplomas diz algo a respeito da direção dos limites. Os diplomas não dizem que os limites correm de leste a oeste, mas tampouco dizem outra coisa. Contudo, trata-se de uma omissão curiosa, pois nunca falta a indicação da direção dos limites nas demais cartas de doação. Esta indicação está presente nas doações das capitanias

com um esboço biographico do autor por Affonso de E. Taunay. São Paulo: Ed. Companhia Melhoramentos, s.d. (2. ed.), p. 76-77. Taques, contudo, transcreveu (às p. 77-78) também o texto forjado da doação de Pêro Lopes, provavelmente com base na cópia da câmara de São Vicente.

²⁷ Em 1840, Varnhagen escrevia ao recém constituído Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: “Examinando o local de São Vicente, me convenci que Frei Gaspar não teve razão para sustentar a grande questão a favor da casa de Vimieiro, e as poucas palavras de Pero Lopes me decidiram em sentido contrário” (Lessa, *Formação*, cit., p. 24). Esta era, portanto, a sua íntima persuasão antes mesmo de enfrentar o problema das divisas das donatárias. Leve-se em conta, também, que o jovem Varnhagen desembarcou em Santos com o livro de Frei Gaspar na mão. Foi medindo-se diariamente com Gaspar que Varnhagen foi fazendo seus achados na terra natal, e foi à custa do pobre erudito, corrigindo os erros que inevitavelmente Frei Gaspar tinha cometido (sobretudo a respeito de fatos que não estava em condição de averiguar), que o jovem historiador conseguiu inicialmente firmar sua reputação.

²⁸ HGB, I, I, XVI, n. 18, p. 258.

centrais e também nas doações das capitanias meridionais, seja que os limites tomem rumo oeste seja que tomem rumo N-W no trecho inicial.

Poderia pensar-se que, sendo as doações do norte cronologicamente posteriores às demais, a chancelaria de D. João tivesse achado simplesmente ocioso e desnecessário repetir mais uma vez o que todos estavam fartos de saber, isto é, que todos os limites das capitanias brasileiras corriam de leste a oeste. Mas poderia haver outra explicação: a direção dos limites das capitanias do norte não estava indicada nas respectivas cartas de doação porque era absolutamente óbvio que elas cortavam perpendicularmente a linha da costa, pois não havia nenhuma outra possibilidade.

Essa omissão, aliás, não era a única. No quadro 2, onde estão apresentadas de forma sintética as disposições das cartas de doação em matéria de limites, pode-se constatar que nas doações meridionais falta a declaração – usual nos demais diplomas, do centro e do norte – de que as léguas de litoral doadas pelo rei “entrarão pela mesma largura no sertão e terra firme adentro”.

Quadro 2

Os limites das capitanias nas cartas de doação

<i>Os limites</i>	<i>dirigem-se desde a costa</i>	<i>estendem-se no interior</i>
Nas capitanias centrais	rumo a W (1)	com a mesma largura que tem na costa (2)
Nas capitanias meridionais	rumo a N-W; depois rumo a W (3)	[falta a declaração]
Nas capitanias setentrionais	[falta a direção]	com a mesma largura que tem na costa, até encontrar outra capitania (4)

- (1) “[...] se porá hum Padram das minhas armas e do dito Padram se lançará uma linha que cortará Loeste pela terra firme adentro [...]”.
- (2) “[...] as ditas legoas entraram na mesma largura pello sertam e terra firme adentro tanto quanto puder entrar e for da minha conquista [...]”.
- (3) “[...] se porá hum Padram das minhas armas e se lançará uma linha pelo rumo de noroeste até a altura de 21 [ou 23] grãos e desta altura se lançará outra linha que virá diretamente a l’oeste [...]”.
- (4) “[...] as ditas legoas entraram na mesma largura pello sertam e terra firme adentro tanto quanto puder entrar e for da minha conquista que nam seia por mim provido a outo capitam [...]”.

A razão dessa segunda omissão é óbvia. Como havia trechos dos limites que corriam rumo a N-W, era impossível afirmar que as capitânicas meridionais deviam entrar no sertão apresentando a mesma frente que tinham na costa. Era isso, pelo contrário, que acontecia com as capitânicas do litoral central, as quais, sendo paralelas ao Equador, conservavam no interior a mesma frente do litoral. É justamente por isso que a declaração nunca falta nas cartas de doação respectivas. Mas a coisa realmente interessante – e assim chegamos ao ponto central de nosso raciocínio – é que essa declaração tão pouco falta nas cartas de doação do norte.

O original da doação de Antônio Cardoso de Barros, conservado na Torre do Tombo,²⁹ diz exatamente:

“[...] as quaes cuarenta / legoas se entenderam e seram de largo ao longo da costa e entraram na mesma largura / pelo sertam e terra firme adentro tanto quanto puderem entrar e for da minha / cõquista [...]”.

Agora o leitor pode fazer, se quiser, a seguinte experiência: dar uma olhada à capitania de Cardoso (donatário 11) antes no mapa A e depois no mapa B. O que é que estará vendo? Que se os limites da capitania corressem leste-oeste, como no mapa A, de forma alguma ela poderia conservar a mesma frente que apresenta no litoral. A capitania teria um comprimento de 200 quilômetros na costa, mas apenas 36 quilômetros de largura no interior, correndo às espaldas das demais capitânicas por mais de 700 quilômetros.³⁰ Somente desenvolvendo-se norte-sul, como no mapa B, a capitania pode apresentar os mesmos 200 quilômetros de largura na costa e no sertão.

Trata-se de um indício muito forte, algo que segundo as velhas regras da crítica histórica é chamado de quase-prova.³¹ Não é uma prova direta, pois não está escrito que as divisas correm de norte a sul, mas, como também as capitânicas do norte (da mesma maneira que as capitânicas do litoral central, e diferentemente das capitânicas do sul) deviam apresentar no sertão a mesma largura que tinham na costa, e como isso é possível somente se elas correm de norte a sul, a dedução é forçosa.

²⁹ IANTT, Chancelaria de D. João III, Livro n. 21, f. 188.

³⁰ A capitania tinha uma largura de 36 quilômetros (6 léguas) segundo as coordenadas geográficas da carta de doação. No mapa de Varnhagen essa largura aparece como sendo um pouco maior, porque o limite leste foi deslocado para o sul, mas não o suficiente, em todo caso, para dar à capitania a mesma largura no litoral e no interior.

³¹ Rodrigues, J. H. *A pesquisa histórica no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1952 (1. ed.); São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 (3. ed.), p. 33.

O último indício proporcionado pelas cartas de doação não é uma omissão, mas uma adição. O fragmento que sobrou da primeira doação a João de Barros diz:

“[...] as quaes cincoenta legoas se entenderam e seram de largo / ao longo da costa e entraram na mesma largura pelo sertam / e terra firme a dentro tanto quanto poder entrar e for / da minha conquista que nam seya por mym provjdo a outro capitam [...]”.³²

Vamos refletir um instante sobre as últimas palavras: “[...] que nam seya por mym provjdo a outro capitam [...]”. Por que uma doação que corre de leste a oeste até intersectar a linha de Tordesilhas deveria encontrar uma outra doação do rei de Portugal? Novamente, dê-se uma olhada às 100 léguas de Barros e Cunha no mapa A (9 e 10 sul) e logo depois às 50 de Barros e às 50 de Cunha no mapa B e se constatará o óbvio, isto é, que a possibilidade existe somente se as capitanias do norte se dirigem rumo ao sul. Somente neste caso se justifica a adição da fórmula cautelativa, a qual nunca aparece nas doações das capitanias centrais e meridionais.

Eis, pois, que surge a nova hipótese: o método adotado para dividir o Brasil não consistia em dar a todas as capitanias limites paralelos ao Equador, mas limites perpendiculares à linha da costa.

A nova representação cartográfica

Outros indícios favoráveis a essa hipótese surgem da projeção da nova disposição dos limites sobre os mapas portugueses contemporâneos às doações. A escolha do mapa de base é praticamente obrigada: o mapa de Gapar Viegas de Paris é datado de 1534 e os mapas de Florença atribuídos ao mesmo Viegas são datáveis em torno de 1536.³³ São exatamente os mesmos anos das doações brasileiras de D. João III! Coisa ainda mais importante, a opinião comum dos especialistas considera os mapas de Viegas os únicos exemplares existentes do padrão real da década de trinta, o qual teria sido um resultado direto da expedição de Martim Afonso.

³² IANTT, Chancelaria de D. João III, Livro n. 73, f. 27. O Livro 73 foi organizado em 1814 (no dia 3 de janeiro de 1814), reunindo diferentes documentos. As ff. 3-3v constituem o fragmento da doação de Aires da Cunha e as ff. 27-28 o fragmento da doação de João de Barros.

³³ Veja-se *Portugaliae Monumenta Cartographica*, cit., I, p. 115-121 (estampas 44-57).

Quero acrescentar que a representação do Brasil nos mapas de Viegas representa um corte com a tradição anterior. O perfil do litoral brasileiro é muito diferente do que achamos nos mapas das três primeiras décadas do século XVI. Temos no começo o modelo Cantino, adotado, *grosso modo*, também pelos mapas Caveri e Maggiolo, que parece vigorar até 1515. Depois vem o modelo dos mapas Miller, que caracteriza também o Kunstmann IV e o planisfério de Istambul, perdurando (ao que parece, em falta de outros elementos) até 1530, aproximadamente. Enfim, temos o de Viegas, que viria a ser, portanto, o terceiro modelo adotado pelo padrão real. O novo padrão representava a resposta de Lisboa aos aprimoramentos da cartografia castelhana (deslumbrante na passagem entre o planisfério de Turim e os planisférios de Diogo Ribeiro).³⁴ Outra coisa que não devemos esquecer é que o novo padrão iria durar: a representação do Brasil durante a segunda metade do século XVI, desde Diogo Homem até Vaz Dourado, limitou-se a melhorar, acrescentar, modificar pormenores, mas o modelo ficou sendo o de Viegas, até o verdadeiro retrocesso representado pela produção dos Teixeira no século XVII.

É, pois, sobre os mapas de Viegas que temos que representar os limites das primeiras capitâneas. Esta opção permite-nos evitar a atitude anacrônica de representar fatos históricos do século XVI sem levar em conta os conhecimentos da época e a influência da competição entre as monarquias ibéricas sobre a produção cartográfica. Esta opção permite-nos, inclusive, evitar as disputas sobre a identificação dos topônimos quinhentistas que marcavam as divisas das capitâneas. Sobre o mapa-padrão de 1534-36, por exemplo, a Abra de Diogo Leite fica firme no seu lugar, indiferente ao fato de alguns a identificarem com o Rio Oyapoc, outros com o Gurupi, outros com o Turiaçu. O mesmo vale para a Angra dos Negros e para os demais topônimos cuja colocação nos mapas modernos foi objeto de muitas discussões. As léguas de costa que separam estes topônimos podem corresponder ou não corresponder ao número de léguas doadas pelo rei, mas não podem, em todo caso, ser aumentadas ou diminuídas como melhor pareça.

³⁴ Veja-se o que diz a respeito o almirante Max Justo Guedes em magistral ensaio apresentado ao II Colóquio Luso-Brasileiro de História do Brasil (Conhecimentos geográficos do Brasil em Portugal e em Espanha em 1540. *Revista de Ciências do Homem*, 4 [Lourenço Marques, 1972], p. 37-84).

O primeiro resultado positivo da representação das doações sobre os mapas da época é de acabar com as diferenças assustadoras entre as léguas de costa declaradas nas cartas de doação e as léguas que aparecem nos nossos mapas. No padrão de Viegas, as léguas de costa que medeiam entre os marcos das capitânicas correspondem, às vezes ao milímetro, ao que foi declarado pelos diplomas régios. Os donatários do norte e do sul conseguem ter quase exatamente o número de léguas doadas pelo rei e a correspondência melhora até nas capitânicas centrais, onde os problemas de transposição sobre as projeções modernas eram menores.

Por exemplo: para dar a Duarte Coelho as 60 léguas da doação de Pernambuco, Varnhagen teve que deslocar a divisa com a capitania da Bahia muitas léguas ao sul do Rio São Francisco, apesar da carta de Duarte dizer somente que ele tinha jurisdição sobre as duas margens do rio (o qual, em todo caso, ficava como divisa entre as duas capitânicas). Nos mapas de 1534-36, não é necessário "ajustar" nada, porque entre a ilha de Itamaracá e o Rio São Francisco há exatamente 60 léguas.

Alguns problemas, porém, permanecem. As capitânicas de Porto Seguro e de Espírito Santo, por exemplo, vêm a ter menos das 50 léguas doadas. O mesmo acontece com as capitânicas de Aires da Cunha e de João de Barros, na baía do Maranhão. Essas diferenças representam pouca coisa em comparação aos problemas criados pela representação usual destas capitânicas sobre as projeções modernas, mas requerem alguma reflexão. Mesmo essas pequenas diferenças desapareceriam, por exemplo, se as doações tivessem sido feitas tendo em frente, em lugar do mapa-padrão, o roteiro correspondente. No roteiro, pois, teriam sido marcadas as distâncias entre os topônimos do périplo efetivamente necessárias à navegação.

No caso de Porto Seguro e de Espírito Santo, o roteiro teria indicado um número de léguas maior do que as que apareciam no mapa, isto é, as léguas necessárias para contornar os perigosos bancos dos Abrolhos (Abram-os-olhos!), o que teria levado as distâncias entre os marcos de cada capitania a alcançar exatamente as 50 léguas fixadas pelas cartas de doação. E como estas últimas se referem sempre às léguas doadas como sendo léguas "de longo ao largo da costa" – isto é, às medidas dos pilotos –, a hipótese de que as doações tinham sido feitas tendo à mão o roteiro correspondente ao mapa-padrão parece-me mais que plausível.

Outro resultado positivo da nossa opção diz respeito às superfícies das capitânicas. No mapa B as diferenças entre as léguas doadas – as diferenças que dependiam do favor do rei – não desaparecem. Entretanto, desaparecem as incríveis desproporções entre as superfícies das capitânicas, que não se sabia como explicar. No sul, a desproporção entre as doações dos irmãos Sousa re-equilibra-se a favor de Martim Afonso e o tamanho da doação de Pêro de Góis diminui tanto que de modo algum poderia ser comparada com a doação do seu patrono. No norte, Fernão Álvares de Andrade deixa de ser inexplicavelmente sacrificado em relação a João de Barros e Aires da Cunha. Também a diferença entre as doações de Duarte Coelho e de Antônio Cardoso de Barros (que por Varnhagen teria sido de 20 vezes) é reduzida a proporções razoáveis.

Outro resultado positivo é que o simples fato de podermos representar separadamente as capitânicas do imaginário “condomínio senhorial” dá novo valor à documentação histórica sobre a repartição dos senhorios de João de Barros e de Aires da Cunha, convidando-nos a representá-los com base naqueles testemunhos. No mapa B, os limites entre os quatro senhorios (números 9 e 10) não foram representados por meio de uma linha contínua, porque os dois marcos foram calculados simplesmente com base no número de léguas doadas. Mas vê-los no mapa ajuda-nos a ter uma idéia mais clara de como estavam as coisas em 1534-36 e ajuda-nos também a reconsiderar o aspeto propriamente administrativo da divisão do Brasil.

Estamos acostumados a pensar em 12 donatários e 15 lotes (dos quais resultaria um número indefinido de capitânicas), entretanto, olhando o mapa B, vê-se claramente que os senhorios planejados eram 17. Portanto: 12 donatários e 17 capitânicas, como no quadro 3.

Quadro 3
Capitanias e donatários

<i>A. Interpretação usual</i>		<i>B. A nova hipótese</i>	
<i>Capitanias</i>	<i>Donatários</i>	<i>Capitanias</i>	<i>Donatários</i>
Pará	9-10 A. da Cunha - J. de Barros	Cumá	10 Aires da Cunha
	12 Fernão Álvares de Andrade	Maranhão	9 João de Barros
Maranhão		Parnaíba	12 Fernão Álvares
Ceará	11 António Cardoso de Barros	Acarauí	11 António Cardoso de Barros
		Ceará	10 Aires da Cunha
Rio Grande	9-10 A. da Cunha - J. de Barros	Rio Grande	9 João de Barros
Itamaracá	2 Pêro Lopes de Sousa	Itamaracá	2 Pêro Lopes de Sousa
Pernambuco	8 Duarte Coelho Pereira	Pernambuco	8 Duarte Coelho Pereira
Bahia	7 Francisco Pereira Coutinho	Bahia	7 Francisco Pereira Coutinho
Ilhéus	6 Jorge Figueiredo Correia	Ilhéus	6 Jorge Figueiredo Correia
Porto Seguro	5 Pêro do Campo Tourinho	Porto Seguro	5 Pêro do Campo Tourinho
Espírito Santo	4 Vasco Fernandes Coutinho	Espírito Santo	4 Vasco Fernandes Coutinho
São Tomé	3 Pêro de Góis	São Tomé	3 Pêro de Góis
Rio de Janeiro	1 Martim Afonso de Sousa	Rio de Janeiro	1 Martim Afonso de Sousa
Santo Amaro	2 Pêro Lopes de Sousa	Santo Amaro	2 Pêro Lopes de Sousa
São Vicente	1 Martim Afonso de Sousa	São Vicente	1 Martim Afonso de Sousa
Sant'Ana	2 Pêro Lopes de Sousa	Rio dos Patos	2 Pêro Lopes de Sousa

O leitor deve ter notado que mudaram os nomes de algumas capitanias. Estes nomes são, no fundo, invenções ou transposições para o passado de denominações modernas (à época das doações, estas eram chamadas simplesmente “capitania de Fulano”, “capitania de Sicrano”), mas são também nomes consagrados pela tradição, que não convém mudar se não for absolutamente necessário. Os nomes tradicionais das doações do norte, porém, não podem ficar na nova representação cartográfica, porque são fruto da invenção da capitania do Pará e do conseqüente deslocamento dos limites.³⁵

O nome “Pará”, obviamente, não deveria ser utilizado para indicar duas doações que gravitavam em torno da baía do Maranhão. A capitania de Aires da Cunha (10 norte), poderia ser chamada, com razão, “Cumá”, o que marcaria bem a sua posição entre o Rio Turiaçu e a baía do Maranhão. O nome de “Maranhão” pertence com todo direito à capitania de João de Barros (9 norte), pois foi exatamente no centro da baía do Maranhão que se estabeleceram seus filhos.

A capitania de Fernão Álvares de Andrade (12) deixaria, portanto, de ser “Maranhão”, mas nem o nome de “Piauí” lhe convém, sendo sua extensão muito maior da do pequeno trecho de litoral sobre o qual debruça-se hoje o estado do Piauí. Como temos referido, d’Avezac chamava-a de “Parnaíba” e essa parece ser a solução mais fiel à sua posição geográfica.³⁶ É muito provável, inclusive, que o Parnaíba – o Rio Grande quinhentista – representasse o elemento geográfico em torno do qual se pensava criar o senhorio.

D’Avezac chamou “Acaracu” a capitania de Cardoso de Barros (11).³⁷ Também neste caso, a sua parece ser a solução melhor. Esta capitania não pode ser “Piauí”, com quem nada tem a ver, nem pode ser “Ceará”, do qual incluía somente uma pequena porção, recaindo a maior parte do atual estado do Ceará nas 100 léguas de Cunha e Barros. Aliás, o “Siará” histórico ficava muito mais ao sul, porque a capitania de Cardoso compreendia um pouco menos das 40 léguas doadas e terminava (conforme pude reconstruir) na atual Enseada dos Patos, isto é, na boca do Rio Acaratiáçu.³⁸

³⁵ A confusão criada pelos velhos nomes continua, mesmo nos livros mais recentes, como no bem documentado *Doações e forais das capitanias do Brasil* (apresentação, transcrição paleográfica e notas de Maria José Mexia Bigotte Chorão, Lisboa, IANNT, 1999), onde as doações de João de Barros e de Aires da Cunha são chamadas “capitania do Pará” e a doação de Cardoso de Barros é chamada “capitania do Piauí”.

³⁶ A. d’Avezac, *Considérations géographiques*, cit., p. 286-288.

³⁷ *Ibid.*

³⁸ A identificação da Angra dos Negros com a boca do Rio Acaratiáçu foi feita com base na cartografia regional seiscentista. Falta aqui o espaço para discutir essa conclusão, que espero poder desenvolver em outra ocasião.

Enfim, às duas capitanias mais meridionais de Aires da Cunha e de João de Barros (9 e 10 sul) pertencem com todo direito os nomes de Ceará e de Rio Grande.

As demais capitanias conservam os nomes tradicionais, à exceção da última, que não deveria ser chamada "Sant'Ana". Examinando bem os mapas de Viegas, vê-se que a capitania de Pêro Lopes terminava (a 28° 20' S), onde começava a "terra de Sant'Ana", a qual ficava, portanto, mais ao sul e fora da capitania. A chamada capitania de Sant'Ana era a mais meridional das doações de D. João III, mas não devia marcar, como pensava Varnhagen, o fim dos domínios portugueses na América do Sul. Contudo, ela tinha enorme importância, porque a sua criação revela a vontade de controlar o estratégico Porto dos Patos, controlando, portanto, não somente a ilha de Santa Catarina, mas também a terra firme na outra margem do canal. Ela deveria ser a capitania do "Rio e Porto dos Patos" – a do breve sonho *patos-carijó*, ao qual está vinculada também a expedição de Pêro Lobo –, isto é, a capitania que deveria permitir o domínio do corredor étnico *tupi-guarani*, por onde Aleixo Garcia tinha chegado ao "país da prata", nos Andes. O nome mais fiel à sua posição geográfica e à sua função político-militar seria mesmo, talvez, "Rio dos Patos".

A divisão do Brasil e o meridiano de Tordesilhas

A breve referência ao nome da doação mais meridional tem evocado o problema da conexão entre a instituição de um senhorio ao sul de Cananéia – a qual tinha representado por três décadas o limite implícito do domínio português – e os planos portugueses de expansão rumo a ocidente. Este tema, tão importante na reflexão de um historiador como Jaime Cortesão, foi obscurecido pelo mapa de Varnhagen e pela sua reconstrução dos acontecimentos.

Segundo Varnhagen, enquanto Pêro Lopes subia o delta do Paraná, na boca do Prata, Martim Afonso e os pilotos teriam estimado a longitude das paragens descobrindo de repente ter ultrapassado a linha da demarcação. Mais ainda: eles teriam calculado (não se sabe como) o ponto exato por onde passava a raia. Seria principalmente por isso que – logo depois da volta de Pêro Lopes, e apesar dele ter plantado os padrões reais no Rio Paraná – a pequena frota voltara atrás, fundando a primeira colônia de povoamento na baía de Santos, julgada conveniente para este fim.

A prova de que então, e somente então, os portugueses tinham-se dado conta da exata posição da raia estaria no fato de que D. João não enviaria mais armadas ao Rio da Prata depois de 1531. Outra circunstância que provaria isso é que em 1534 D. João tinha fixado o limite meridional das doações aos $28^{\circ} 20' S$, a mesma latitude à qual, com base nos cálculos do próprio Varnhagen, a raia cortava pela segunda e última vez o litoral brasileiro, afastando-se definitivamente do subcontinente.³⁹

Um verdadeiro golpe teatral! A extraordinária coincidência de resultados entre os (supostos) cálculos de Martim Afonso no começo do século XVI e os cálculos do próprio Varnhagen em meados do século XIX não podiam deixar lugar a dúvidas: para os portugueses de 1531 a raia passava exatamente por onde, 300 anos mais tarde, a teria feito passar Varnhagen, isto é, a $23^{\circ} 14' 51''$ da ponta do Tarrafal ($48^{\circ} 35' W$ de Greenwich, hoje em dia), cortando o subcontinente, ao norte, na boca oriental do Amazonas, e ao sul, logo a ocidente da Ilha de Santa Catarina.

Hoje sabemos que o cálculo de Varnhagen estava errado (mesmo adotando seus próprios parâmetros) e que os parâmetros foram mal escolhidos. Para calcular as 370 léguas de Tordesilhas, Varnhagen tinha adotado o módulo de 16 léguas e $2/3$ por grau de longitude. Mesmo admitindo, por hipótese, que em 1494 este módulo fosse o mais utilizado, com certeza tinha deixado de sê-lo no começo do século XVI, quando os cosmógrafos e os pilotos portugueses utilizavam já o mais correto módulo de 17 léguas e $1/2$. De qualquer maneira, a raia iria passar mais a oriente da posição calculada por Varnhagen, fazendo assim desmoronar a hipótese da coincidência entre a longitude do meridiano de Tordesilhas e a latitude do limite meridional das doações.

Além disso, Varnhagen tinha evitado enfrentar o problema da incompatibilidade entre as projeções modernas e as cartas náuticas portuguesas do século XVI. Nestas, se a raia tivesse cortado o litoral brasileiro à latitude de $28^{\circ} 20' S$, teria passado logo a oriente da baía do Maranhão, em vez de passar pela boca oriental do Amazonas. Os mapas do século XVI conhecidos por Varnhagen (e citados nos seus trabalhos) podiam confirmar-lhe que, nas representações portuguesas da América meridional, a boca oriental do Amazonas em lugar de alinhar-se ao meridiano do canal de Santa Catarina alinhava-se ao meridiano do Cabo de Santa Maria antigo (atual Punta del Este). Portanto: se a raia passava ao norte pela boca oriental do Amazonas, automaticamente passaria ao sul pelo

³⁹ HGB, I, I, V, n. II, p. 76.

Cabo de Santa Maria; se passava ao sul pelo canal de Santa Catarina, passaria ao norte pelo Cabo de Todos os Santos (veja-se a posição deste no mapa B), ao leste da baía do Maranhão.

Querendo acompanhar o raciocínio até ao fim, deveríamos concluir que, como os (supostos) cálculos de Martim Afonso tinham sido feitos na costa meridional, em 1531 os portugueses julgavam que a baía do Maranhão pertencesse a Castela e deveríamos, portanto, tentar explicar porque as doações de D. João III tinham superado aquele limite.

Trata-se de hipóteses ociosas, mas levar até às últimas consequências o procedimento de Varnhagen talvez nos permita ver com maior clareza o seu objetivo. O que interessava realmente a ele era a determinação da linha de Tordesilhas. Os limites das capitânias interessavam-lhe na medida em que podiam apoiar o seu cálculo da posição da raia, graças ao fato de que as doações terminavam à latitude de 28° 20' S e na pressuposição de que este limite correspondia exatamente à longitude da raia.

Varnhagen ajustou o mapa das capitânias todas as vezes que foi necessário para sustentar a sua hipótese sobre a raia. Quis que as capitânias do norte corressem de leste a oeste, porque somente assim poderiam alcançar a raia lá onde ela devia estar. Ajustou os limites das capitânias do sul para que seu achatamento em cima da raia não parecesse inteiramente absurdo. Deixou-nos uma interpretação pouco coerente da atuação dos irmãos Sousa, no Prata, conformou-se (a contra gosto, é preciso reconhecê-lo!) à idéia das incríveis desigualdades entre as doações e mostrou acreditar numa pouco provável demonstração de incompetência por parte de Lisboa na elaboração do plano de colonização, tudo a fim de não mexer na questão da raia.

A representação usual das capitânias não é, pois, uma representação neutral. Pelo contrário, é o resultado da adaptação desenvolvida da documentação histórica a uma tese – a posição da linha de Tordesilhas suposta por Varnhagen – que se demonstrou errada. Mas este erro deixou-nos como herança o mapa das capitânias, uma representação incompreensível do plano de colonização do Brasil que ainda hoje é um empecilho para o estudo dos acontecimentos que levaram à fundação do Brasil em 1534-36.

Nem as cartas náuticas portuguesas do século XVI eram neutrais. Tampouco inocentes. Como hoje é geralmente reconhecido, nesses mapas a característica torção da América meridional, com o conseqüente deslocamento para leste do Rio da Prata, tinha o objetivo de empurrar para oeste a raia. Mas justamente nisso reside seu interesse, pois o projeto político encerrado nos mapas pode ser

reconstruído com exatidão e interpretado com base em dados concretos – os dos próprios mapas –, sem necessidade de fazer suposições fantasiosas. Por que, então, não tentar calcular a raia no mapa-padrão da época das doações? Nos mapas de Viegas – tanto no de Paris quanto nos de Florença – a raia não está marcada, mas é possível calculá-la.⁴⁰

Como sabemos, o principal dos problemas para a determinação da raia é que o tratado de Tordesilhas não tinha definido todos os parâmetros necessários para calcular a longitude das 370 léguas. Contudo, as possibilidades são muitas, mas não infinitas, e foram admiravelmente resumidas pelo comandante Rolando Laguarda Trías em seus estudos.⁴¹ Se tomarmos os dois pontos extremos do possível – isto é, o conjunto dos parâmetros mais favoráveis e o conjunto dos menos favoráveis a Portugal –, com base nos possíveis pontos iniciais das 370 léguas, em suas latitudes, nos diferentes valores atribuídos a estas últimas na época, assim como estão listados nos quadros do comandante Laguarda Trías (mas adotando, em todo

⁴⁰ Poderia duvidar-se do sentido desta operação. Num conhecido ensaio (*Reflexos do Tratado de Tordesilhas na cartografia náutica do século XVII*. In: *El tratado de Tordesilhas y su proyección. Primer coloquio luso-español de historia ultramarina*, 2 v. Valladolid, 1973, v. I, p. 137-148), o almirante Teixeira da Mota sustentou que os mapas portugueses do século XVI não tinham sistema de projeção definido. Quando a navegação tomava, sobretudo, a direção norte-sul, os mapas avizinham-se à projeção cilíndrica quadrada e quando tomava sobretudo a direção leste-oeste os mapas avizinham-se a uma projeção Flamsteed. Portanto, a linha da demarcação não podia ser um verdadeiro meridiano, mas representava simplesmente uma reta perpendicular à linha do Equador, colocada lá onde se presumia que terminassem as 370 léguas. Isso explicaria porque em certos pontos da América do Sul a linha da demarcação resultava deslocada para ocidente.

Pois bem, este raciocínio pode ser correto, mas falta-lhe a conclusão. Qual seria, pois, a conclusão? Que os portugueses dos séculos XVI e XVII, tendo consciência de que seus mapas não obedeciam a uma projeção definida, não pretendiam que as distâncias marcadas nesses mapas – inclusive as que permitiriam o cálculo da linha de Tordesilhas – correspondessem à verdade? Como sabemos, aconteceu exatamente o contrário: nos colóquios com os castelhanos, em 1524 como em 1681, os plenipotenciários de Portugal sustentaram sempre que seus mapas eram corretos e defenderam o cálculo português da raia fundado nestes mapas.

Estabelecido isso, parece-me perfeitamente coerente com o valor “político” atribuído na época às cartas náuticas portuguesas, reconstruir a posição virtual da linha da demarcação no mapa padrão com o fim de esclarecer os objetivos político-diplomáticos de Lisboa.

⁴¹ Trías, Rolando A. Laguarda. *El predescubrimiento del Río de la Plata por la expedición portuguesa de 1511-1512*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar-Agrupamento de estudos de cartografia antiga, 1973, p. 56; Id. Las longitudes geográficas de la membranza de Magallanes y del primer viaje de circunnavegación. In: *A Viagem de Fernão de Magalhães e a questão das Molucas. Actas do II Colóquio Luso-Espanhol de história ultramarina (26-29 de Setembro de 1972)*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar-Agrupamento de estudos de cartografia antiga, 1975, p. 150.

caso, o módulo de 17 léguas e 1/2 por grau de longitude), e marcarmos as duas hipóteses extremas nos mapas de Viegas, poderemos ter uma idéia das pretensões de Lisboa em 1534 mais realista e historicamente mais fundada da hipótese formulada por Varnhagen.

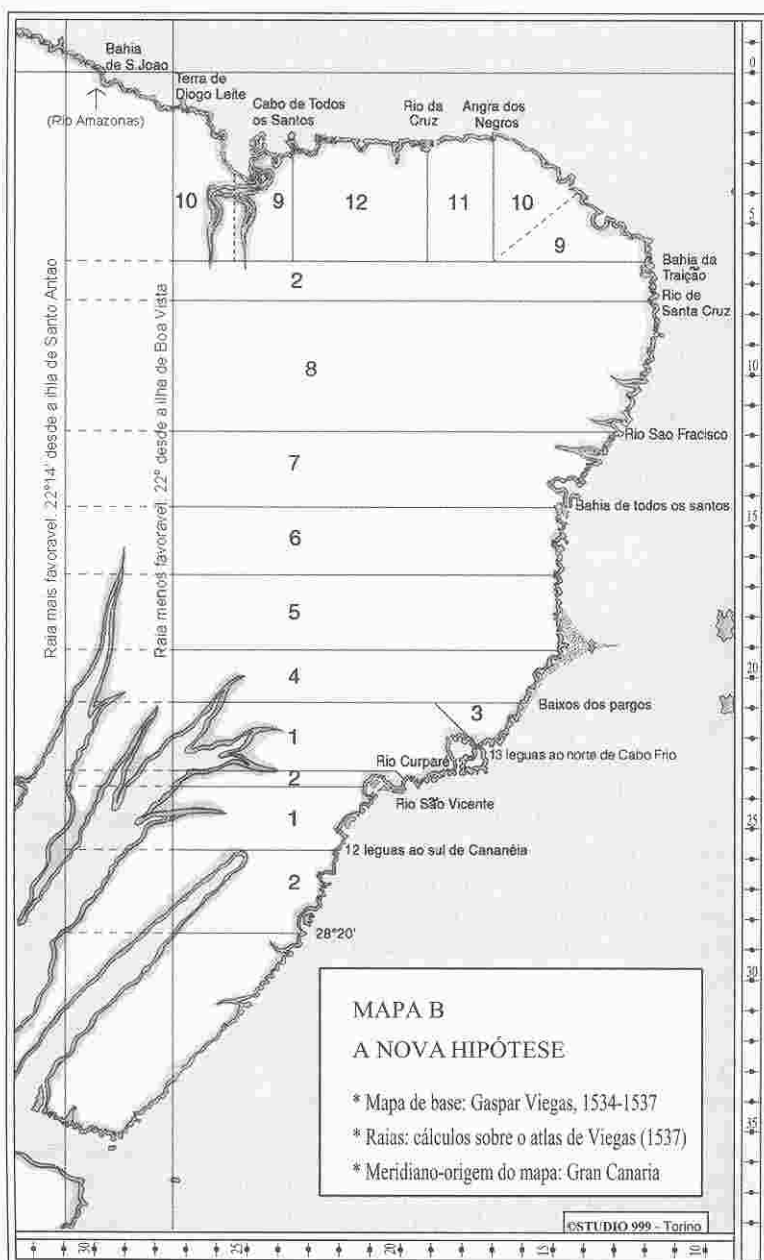
As possíveis interpretações da posição da raia – a mais favorável e a menos favorável – que estão marcadas no mapa B, mostram que as ambições portuguesas na região do Prata eram mais vastas que o imaginado por Varnhagen. O que mais nos interessa agora é que os planos portugueses de expansão no Prata não tinham trasmontado em fim de 1531 (na hora do suposto cálculo da raia por parte de Martim Afonso), mas tinham expressamente orientado todo o plano de colonização do Brasil entre 1532 e 1535.

As duas linhas marcadas no mapa B explicariam também o sentido dos limites extremos das doações de D. João III, fixados, ao norte, logo a ocidente da baía do Maranhão, e ao sul, à altura da ponta sul da ilha de Santa Catarina. Na hipótese menos favorável (22° desde a ilha de Boa Vista), a raia que passava ao norte pela Abra de Diogo Leite, no sul teria permitido aos irmãos Sousa de alcançar o Rio Paraná. Na hipótese mais favorável (22°14' desde a ilha de Santo Antão), a expansão portuguesa teria ultrapassado o estuário do Amazonas, e no sul as capitânicas dos irmãos Sousa teriam conseguido alcançar o Rio Paraguai.

As duas linhas teriam representado, em outras palavras, um “grande projeto” e um “pequeno projeto” expansionista e somente as circunstâncias (na prática: a maior ou menor aquiescência do imperador) teriam decidido até onde era aconselhável avançar. É muito significativo o fato de que os mapas de Viegas renunciaram a representar a raia de Tordesilhas, como ao invés tinham feito anteriormente outros mapas portugueses, pois isso sugere que, na conjuntura dentro da qual surgiu o novo mapa-padrão, julgou-se mais oportuno não comprometer as possibilidades abertas pelo fracasso de Caboto no Prata com uma definição das pretensões portuguesas por demais rígida.

O novo mapa das capitânicas e a interpretação dos acontecimentos

O problema da conexão entre a representação usual das primeiras capitânicas e a posição da raia tem-nos conduzido ao problema da política americana de Portugal na década de trinta. Vamos ver, pois, qual é a contribuição que o novo mapa das capitânicas pode dar à reconstrução dos acontecimentos que naqueles anos levaram à fundação do Brasil.



Antes de mais nada, o novo mapa parece confirmar a já ferida intuição de Jaime Cortesão sobre a existência de um plano português para penetrar na bacia Paraná-Paraguai. Este projeto, como foi dito, consistia em estabelecer uma comunicação por terra entre o litoral de São Paulo e o Paraná-Paraguai com o fim, aparentemente, de contornar o problema político que teria representado a eventual ocupação portuguesa do estuário do Prata. Em segundo lugar, o mapa B confirma e dá novo valor à documentação histórica sobre a existência de posteriores tentativas portuguesas de penetrar no interior do subcontinente partindo da costa setentrional do Brasil (mais precisamente: da baía do Maranhão), com o fim, provavelmente, de chegar às mesmas paragens.

Quais eram os indícios de Jaime Cortesão? A sua pista baseava-se, sobretudo, em dois indícios: uma carta enviada pela imperatriz D. Isabel ao embaixador castelhano em Lisboa e os novos elementos geográficos introduzidos no padrão real português pelos mapas de Viegas.

A carta (que Cortesão publicou tanto no original castelhano quanto na tradução portuguesa)⁴² é de 17 de fevereiro de 1531 e foi escrita, portanto, logo depois da partida da frota de Martim Afonso. A imperatriz (irmã, como é sabido, de D. João III) pedia ao embaixador para averiguar as informações que ela tinha (graças, evidentemente, aos agentes castelhanos em Lisboa) sobre os objetivos da expedição de Martim Afonso. A iniciativa da imperatriz seguia uma dura consulta do Conselho das Índias e a ameaça de um requerimento por parte do imperador, obrigando enfim D. João a declarar (com o fim de evitar o requerimento) que de forma alguma Martim Afonso iria ocupar o Prata, mas que nem por isso Portugal renunciaria às pretensões sobre uma região que – insinuava (e com razão!) – os portugueses tinham descoberto antes da viagem de Solís.⁴³

⁴² Cortesão, *A Fundação*, cit., p. 250-252.

⁴³ Veja-se a documentação no "Apenso documental" de J. Cortesão, *A fundação*, cit., p. 239-275. Veja-se também Varnhagen, F. A. de. *As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1842 (Memórias do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n. 3, p. 119-154) com base nas cartas enviadas em 1530-31, de Castela, pelo embaixador português Álvaro Mendes de Vasconcelos.

D. João III reivindicava a região por direito de descoberta, mas essa posição era sustentável somente na medida em que a posição da raia continuasse a ser matéria opinável, e portanto os mapas portugueses mantinham aberta a possibilidade de as 370 léguas alcançarem a maior parte do Prata e do Paraná-Paraguai.

A obstinação de D. João nada pôde ante a firmeza de Carlos V. Podemos dizer que a questão estava virtualmente fechada em maio de 1534, quando foi assinada a capitulação entre Don Pedro de Mendoza e o imperador. O *adelantazgo* de Mendoza estendia-se de um oceano ao outro por 200 léguas, desde o paralelo 25°S até o 36°S, incluindo portanto todo o litoral brasileiro ao sul de Cananéia. Os projetos portugueses sobre o Prata tiveram, portanto, que ser adiados dali a pouco tempo (como sabemos, nunca foram abandonados por inteiro), mas o que nos interessa agora é o fato de que eles tinham sido perseguidos com o máximo de decisão possível – isto é: até o limite do rompimento com Castela – até 1534-35.

Voltemos, pois, a 1531. Segundo a imperatriz D. Isabel, seus patrícios “pensaban de entrar por tierra al rio de la Plata”, e planejavam fazê-lo “desde el puerto de San Vicente, que es en su demarcación”. Estudando o mapa de Viegas, Cortesão convenceu-se de que em Lisboa pensava-se aproveitar o curso do Rio Tietê – o afluente do Paraná que nasce não muito longe do litoral paulista –, sendo indícios disso o adiantado conhecimento da verdadeira direção do Rio Paraná e de sua presumível relação com o Tietê, ambos revelados pelo mapa de Viegas.

Fosse ou não o Tietê o caminho que se pensava aproveitar, a pista de Cortesão é muito mais coerente e melhor documentada do que a hipótese de Varnhagen, segundo o qual o objetivo inicial de Martim Afonso – o estabelecimento de uma colônia no Prata – teria sido abandonando por causa do suposto cálculo da raia e substituído pela fundação de uma colônia mais ao norte, na baía de Santos, por ter-se julgado ser esse o lugar mais conveniente (mas conveniente para quê?). A carta da imperatriz sugere, pelo contrário, que a fundação de uma colônia em São Vicente tinha sido um objetivo da expedição desde o começo, isto é, antes mesmo da partida da frota, e que a penetração no interior da região do Prata, onde adensavam-se todos os indícios de fabulosas riquezas, devia ser realizado por terra, no intuito, evidentemente, de não ultrapassar a latitude de Cananéia (ou talvez a latitude da ilha de Santa Catarina).

A missão de Pêro Lopes e os padrões plantados provocatoriamente no estuário do Paraná teriam representado, portanto, uma ação demonstrativa (para preparar a reivindicação da região por parte da diplomacia portuguesa) e a expedição de Martim Afonso teria voltado em qualquer caso ao litoral de São Paulo,

mesmo sem o concurso das circunstâncias acidentais (tempestades, naufrágio da capitânia) que usualmente são invocadas para explicar essa decisão. Tudo isso sugere, inclusive, que muito antes da chegada de Martim Afonso ao Prata, em Lisboa sabia-se perfeitamente que a região ficava além da linha da demarcação. Isso está em acordo, aliás, com as conclusões a que chegou, por outras vias, a investigação histórica.⁴⁴

A pista aberta por Jaime Cortesão concorda também com uma leitura sem preconceitos da crônica da expedição de Martim Afonso. Relendo o *Diário da Navegação* de Pêro Lopes à luz desta pista, nem a reticência de seu autor sobre os objetivos político-militares da expedição consegue apagar a força dos fatos. No Rio de Janeiro, há o envio da patrulha no sertão, percorrendo centenas de léguas à procura de maiores informações sobre o interior. Em Cananéia, há o envio da expedição militar ao mando de Pêro Lobo. Logo depois da volta da frota a São Vicente, há o súbito interesse de Martim Afonso pela serra e a fundação do posto avançado de São Paulo no caminho do sertão. O olhar está virado sempre para ocidente.

Talvez não tenhamos refletido o suficiente sobre o sentido e a importância da expedição de Pêro Lobo. Seus 80 besteiros e espingardeiros deviam estar apoiados por milhares de flecheiros índios (provável objeto das negociações com os renegados castelhanos). Martim Afonso ficou parado em São Vicente por um ano e meio esperando a volta de Pêro Lobo. Enviou expedições à sua procura. E, ciente do massacre, os colonos de São Paulo procuraram vingarse dos *carijós* por gerações. A desilusão e a raiva devem ter sido imensas.

Haveria muito mais para acrescentar. Por agora, nos basta constatar que o novo mapa das capitânias remove o obstáculo – a representação cartográfica usual – que obstruía a pista de Jaime Cortesão, permitindo-nos avançar no caminho da investigação. Como já observou Cortesão, o mapa de Viegas, enquanto salienta-

⁴⁴ Teixeira da Mota (Reflexos, cit., p. 144-148), por exemplo, demonstrou que os mapas portugueses das duas primeiras décadas do século XVI deslocavam para oriente o litoral do Rio de Janeiro e de São Paulo com o objetivo de afastar o possível interesse castelhano para o Atlântico meridional. Trías (*El predescubrimiento*, cit.) reconstruiu as circunstâncias em que os portugueses tinham descoberto e reconhecido o estuário do Prata em 1511-13. Max Justo Guedes (O descobrimento do Brasil e o Tratado de Tordesilhas. In: *El Tratado de Tordesilhas y su época*. Madrid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesilhas, 1995, 3 v., v. 3, p. 1401-1415) mostrou como durante as primeiras décadas do século XVI Cananéia representava de fato o marco entre os domínios de Portugal e de Castela.

va a representação cartográfica (um tanto agigantada) dos rios Paraná e Paraguai, esquecia por completo (no sentido literal da palavra) o Amazonas, que uns anos antes ainda dominava o mapa Miller. Cortesão não levou seu raciocínio até ao fim, deixando de concluir que o novo mapa-padrão exprimia um projeto político-militar focalizado no Prata, antes que no Amazonas. Preferiu, pelo contrário, acompanhar Varnhagen no cálculo da posição da raia, tentando aperfeiçoá-lo,⁴⁵ mesmo ciente das inevitáveis conseqüências dessa escolha, e apesar de saber muito bem que a sua interpretação dos acontecimentos era incompatível com a interpretação de Varnhagen.

Os manuais de História do Brasil, portanto, continuaram a sustentar que o plano de colonização tinha-se desenvolvido a partir da renúncia ao Prata, levando por fim à reivindicação do Amazonas (reivindicação parcial, em todo caso, porque a raia de Varnhagen e Cortesão cortava a ilha de Marajó, dando a Portugal somente a boca oriental do rio). Costuma-se expor a seqüência das decisões na maneira seguinte: em primeiro lugar vem a decisão de ocupar o litoral entre Pernambuco e o Rio da Prata, depois vem a decisão de doar aos irmãos Sousa o estreito corredor meridional até Santa Catarina, e por fim vem a decisão de ocupar a costa leste-oeste levando os domínios de Portugal até ao estuário do Amazonas. Esta seqüência lógica, temporal e espacial – fundada somente nas datas das cartas de doação e numa interpretação discutível das palavras de D. João III na carta enviada a Martim Afonso em setembro de 1532 – carece de fundamento.⁴⁶

Na realidade, o problema do Amazonas foi adiado. Nas décadas de vinte e de trinta, a estratégia portuguesa foi de “esconder” o Amazonas, esperando tempos melhores. Sabia-se que ficava além da demarcação, sabia-se que teria sido impossível reivindicar sua descoberta, e sabia-se que teria sido eventualmente mais fácil para os castelhanos o cálculo das 370 léguas naquelas latitudes. A isso provavelmente deve-se a decisão de D. João de não doar capitâneas que beirassem o rio.

Bem maior foi a atenção prestada ao Prata. Como foi dito, não necessariamente ao estuário (cuja ocupação sabia-se ser em todo caso problemática, à luz dos fracassos castelhanos), porém às regiões desconhecidas às quais conduzia o grande rio. A superpo-

⁴⁵ Cortesão, *A Fundação*, cit., p. 21. Veja-se também seu mapa no primeiro volume da *História do Brasil nos velhos mapas*, onde a raia encontra-se a 48° 35' 25" W.

⁴⁶ A carta de D. João III a Martim Afonso de 28 de Setembro de 1532 foi muitas vezes reproduzida; lê-se também em HGB, I, I, IX, p. 138-140.

sição do desenho das capitanias ao mapa-padrão permite-nos agora apreciar a conexão existente entre a nova disposição das capitanias e o destaque dado no mapa de Viegas aos rios Paraná e Paraguai, destaque acentuado pelo primitivismo da representação. As capitanias de Martim Afonso e de Pêro Lopes, em lugar de comprimir-se em cima da raia, projetam-se profundamente rumo a ocidente e apontam precisamente os dois grandes rios. Não deve ter sido por acaso que esta delicada frente de penetração foi confiada aos irmãos Sousa, que da região tinham já algum conhecimento.

Olhando para o mapa B, agora o leitor pode compreender também a razão do último "absurdo" do plano de colonização. Como lembrará, parecia pouco razoável que as divisas das capitanias de Rio de Janeiro e de Santo Amaro voltassem a correr rumo a oeste depois do trecho inicial em direção N-W. Por um lado renegava-se a regra geral adotada para dividir o Brasil (limites perpendiculares ao litoral), por outro lado contrastava-se assim o desenvolvimento natural da colonização rumo a N-W. Mas agora deveria resultar evidente (e bem visível no mapa) porque os limites destas capitanias *deviam* (cedo ou tarde) virar para oeste. Essas capitanias tinham sido planejadas como elementos de um plano político-militar voltado à expansão para oeste. Do ponto de vista da colonização, aqueles limites não eram oportunos, mas do ponto de vista do projeto expansionista eram necessários. Eles foram, portanto, o resultado de um ajuste, um ajuste bastante razoável entre objetivos de diferente natureza.

Acompanhando a pista de Cortesão por meio do novo mapa, podemos agora compreender melhor a fase inicial da política portuguesa na região. Contanto que sejam levadas em conta não somente as iniciativas portuguesas, mas também as respostas castelhanas. Não há dúvida, pois, de que o fim das expedições portuguesas ao estuário do Prata, assim como o estancamento da colonização ao norte de Cananéia, dependeram muito mais das capitulações de Carlos V com os *adelantados* Mendoza, Cabeza de Vaca e Sanabria, entre 1534 e 1547, que dos imaginários cálculos de Martim Afonso. Como salientou, há muitos anos, um magnífico ensaio de Caio Prado Júnior, somente o fracasso castelhano em estabelecer colônias de povoamento em São Francisco do Sul e na ilha de Santa Catarina iria reabrir o jogo mais tarde.⁴⁷

⁴⁷ Prado Júnior, Caio. Formação dos limites meridionais do Brasil. *Atlântico*, 6 (Lisboa, 1945), p. 36-44. A importância deste ensaio foi reconhecida já por Luís Ferrand de Almeida em *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil, 1493-1700*

Resta-nos ver, enfim, o papel do novo mapa na reconstrução das iniciativas portuguesas no norte do Brasil. Olhando o mapa B, deveria ficar claro que também aqui os limites perpendiculares à linha da costa representavam a opção mais racional. Quase um século depois, quando o litoral norte foi reconquistado aos franceses e a seus aliados índios, as divisas das novas capitânias régias de Ceará, Maranhão e Pará e dos senhorios de Cumá e Caeté foram traçadas à maneira das divisas de 1535. Mais interessante ainda é a coerência do novo desenho das capitânias com o desenvolvimento dos acontecimentos. Coerentemente com a sua idéia de uma extensão rumo ao ocidente das capitânias do norte, Varnhagen supôs que a expedição militar de 1536-39 se tivesse dirigido desde a baía do Maranhão rumo a ocidente, mas a documentação histórica não confirma esta hipótese.

Em 1536, o embaixador castelhano em Lisboa, Luís Sarmiento, pediu explicações a D. João III porque resultava-lhe que a expedição de Aires da Cunha e dos filhos de João de Barros se dirigisse ao Peru ("dizian publicamente que era para yr a lo del Peru").⁴⁸ Varnhagen reparou justamente que a presença da cavalaria na hoste portuguesa devia lembrar por demais aos castelhanos o papel por ela jogado nas façanhas de Pizarro.⁴⁹ Podemos acrescentar que a situação dos castelhanos no Peru estava piorando depressa (naquele mesmo ano de 1536, Manco Capac cercou o Cuzco com 200.000 guerreiros e logo depois iria começar a guerra entre as facções de Almagro e Pizarro), de modo que a preocupação com as iniciativas portuguesas era, se não justificada, pelo menos compreensível.

D. João tinha tranqüilizado Sarmiento, certificando-lhe que a expedição, mesmo entrando no sertão por 400 léguas, nunca teria alcançado a linha da Tordesilhas: "Yo able a su alteza entonces sobre ello y su alteza me çertifico de lo contrario diziendo que con quatrocientas leguas no allegarian a cosa que fuese de la marcacion de esos reynos [...]".⁵⁰ Varnhagen, depois de atribuir ao embaixador castelhano o temor que os portugueses marchassem diretamente sobre o Peru desde o lugar de desembarque ("ao desembarcarem, se embrenhariam pela terra adentro até dar com o Peru"), completou o trabalho de desinformação comentando por si:

(Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1957, p. 32). Sobre as iniciativas castelhanas, veja-se agora o já citado ensaio de Max Justo Guedes "O descobrimento do Brasil e o Tratado de Tordesilhas".

⁴⁸ HGB, I, I, XII, p. 205.

⁴⁹ Ibid., p. 193.

⁵⁰ Ibid., p. 205.

“Este último boato devia, cremos nós, ter todo o fundamento. Já era sabido que as costas da América do Sul contorneavam um grande continente e nada mais natural do que coligir que, partindo-se do Brasil, *sempre para ocidente* [grifo meu] se chegaria aos domínios do Inca do Cuzco”.⁵¹

A idéia sugerida é que a hoste portuguesa pensava remontar o curso do Amazonas até ao Peru? Varnhagen evitou dizê-lo claramente, mas deixou pairar a hipótese, alimentando as duvidas (quanto pôde). Com efeito, um exército desembarcado na baía do Maranhão e que marchasse “sempre para ocidente”, qual outro caminho teria para chegar “aos domínios do Inca”? Depois de ter evitado tomar nota de todos os indícios sobre os planos portugueses de expansão rumo a oeste no caso do Prata, Varnhagen os descobria, agora, tratar-se do Amazonas. O deslocamento “para ocidente” de uma expedição desembarcada no Maranhão, naturalmente, iria alimentar novamente a confusão – e talvez isso explique tudo – entre Maranhão e Marañón, entre a baía do Maranhão e a imaginária “capitania do Pará”.

Partindo da baía do Maranhão e marchando “sempre para ocidente”, obviamente a hoste portuguesa teria ultrapassado a raia muito antes de ter percorrido 400 léguas. Por muito hábeis e evasivas que fossem as palavras de D. João III, como teria podido El-Rey sossegar o embaixador com a estória das 400 léguas, se não tivesse sido claro e evidente que a expedição *não* estava marchando para ocidente? Aliás, Sarmiento sabia perfeitamente qual era a direção de marcha da hoste portuguesa. Com base nas informações recolhidas secretamente em Évora, ele tinha comunicado à corte espanhola que o alvo da expedição encontrava-se ao sul e não ao oeste da baía do Maranhão. Era “una sierra y provincia que estava cabo del rio Marañón”, onde “avia mucha cantidade de oro”. E tinha informado que “... ochenta leguas de alli por el rio del Marañón arriba a infinito oro ... y estan muy alegres con esta nueba y piensan que nadie lo saue y tiene lo mas encubierto que pueden [...]”.⁵²

As últimas palavras eliminam qualquer ambigüidade. Deveríamos pensar o quê? Que os portugueses estavam escondendo o Peru aos castelhanos? Tratava-se evidentemente de um “novo Peru”, todo português, que se encontrava a 80 léguas do mar, ao cabo do “rio” Maranhão (o Mearim ou talvez o Itapicuru) e, portanto, ao sul. Trinta anos depois, uma segunda fonte (que

⁵¹ Ibid., p. 193.

⁵² Ibid., p. 206.

não tinha qualquer ligação com as cartas de Sarmiento) repetiu as mesmas coisas, confirmando-nos que as informações do embaixador castelhano eram corretas. Pêro de Magalhães Gandávo escreveu que na baía do Maranhão “se metem dous rios [...] *que vem do sertam*, per hum dos quaes entrãrão alguns Portuguezes quando foi do descobrimento que forão fazer no anno de 35, e navegarão por elle a cima duzentas e cincoenta legoas até que nam poderão ir mais por deante *por causa da agoa ser pouca*” (grifos meus).⁵³

Pois bem, agora tudo parece encaixar-se. Enquanto o velho mapa era incompatível com esses cenários, o novo adapta-se-lhe bem e explica muitas outras coisas sobre os primeiros planos de ocupação do Brasil e sobre a questão da raia. Se a hipótese que nos levou ao novo mapa demonstrar-se bem fundamentada, também o nosso conhecimento dessa primeira época poderá avançar, pois aquela hipótese não depende (quero sublinha-lo!) da interpretação dos acontecimentos. Mas abrir-se-á também o problema das razões que levaram Varnhagem a falsificar o mapa das capitânicas e a distorcer o sentido dos acontecimentos relativos à fundação do Brasil.

O segredo de Varnhagen

Este problema não pode ser tratado agora (já tenho abusado bastante da paciência do leitor). Mas quero ao menos dizer o seguinte: Varnhagen “forçou-se” a acreditar na sua hipótese sobre a raia e a não ver os indícios que a desmentiam, por uma razão muito séria. Ele não tem fama de grande patriota por causa de seu monarquismo, de seu espírito conservador, de seu antijacobinismo, e talvez por ter hesitado em escolher a cidadania brasileira, mas a razão que o levou a arriscar sua reputação testemunha de seu amor ao Brasil (ou, pelo menos, de seu amor ao Império do Brasil). E tendo sido ele um historiador honesto e um dos mestres que introduziram no Novo Mundo as regras da crítica histórica, o preço que voluntariamente pagou ao Brasil foi maior do que se poderia supor hoje em dia. Espero poder esclarecer em breve o sentido um tanto sibilino dessas palavras, mas o leitor curioso poderá descobrir, no texto que acaba de ler, as muitas pistas que levam à solução desse novo enigma.

⁵³ Gandávo, *Tratado*, cit., p. 83-84.